



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)

CONRADO BANDEIRA DE ALBRECHT TAPAJÓS

HISTÓRIAS DESOBEDIENTES:
uma inquietante presença na luta por memória, verdade e
justiça na América Latina

RIO DE JANEIRO
2023



CONRADO BANDEIRA DE ALBRECHT TAPAJÓS

HISTÓRIAS DESOBEDIENTES:

uma inquietante presença na luta por memória, verdade e
justiça na América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Javier Lifschitz

RIO DE JANEIRO

2023

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

B BANDEIRA DE ALBRECHT TAPAJÓS, CONRADO
HISTÓRIAS DESOBEDIENTES: uma inquietante presença na luta
por memória, verdade e justiça na América Latina /
CONRADO BANDEIRA DE ALBRECHT TAPAJÓS. -- Rio de Janeiro,
2023.
84

Orientador: Javier Alejandro Lifschitz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória
Social, 2023.

1. Ditadura. 2. América Latina. I. Alejandro Lifschitz,
Javier , orient. II. Título.

CONRADO BANDEIRA DE ALBRECHT TAPAJÓS

HISTÓRIAS DESOBEDIENTES: uma inquietante presença na luta por memória,
verdade e justiça na América Latina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Memória Social. Área de concentração: Memória Social.

Aprovado pela banca em: ____/____/____

Banca examinadora:

Prof. Dr. Javier Lifschitz (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Davi Pessoa
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Prof. Dr. Joel Birman
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*Para Maitê, Luquinhas e
Dani, meus amores, pelas
construções cotidianas e
pelo sonho com um futuro
abundante.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer ao Prof. *Javier Lischitz*, pela orientação desta pesquisa e, principalmente, pelo “caminho das pedras” em minha interlocução com pesquisadores argentinos. Nossos encontros presenciais foram restritos, num primeiro momento, em função da pandemia, porém, guardo com carinho as trocas que tivemos, sobretudo, em Buenos Aires, quando tivemos uma maior convivência.

Ao Prof. *Joel Birman*, pela presença ao longo da minha formação, seja nos grupos de estudo de psicanálise, seja por suas aulas no Programa de Teoria Psicanalítica da UFRJ. Sinto um privilégio muito grande por essa convivência. Ter aceitado participar de minha banca torna o percurso desta pesquisa ainda mais especial. Ao Prof. *Davi Pessoa*, agradeço a leitura atenta e cuidadosa, expandindo um horizonte de referências bibliográficas, que deram uma maior consistência a este percurso.

A todos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Memória Social. Em especial à *Fernanda Iglesias*, por quem tenho grande admiração, pelas trocas teóricas que tivemos e por se fazer sempre presente ao longo deste percurso. Transformou-se numa grande amiga. À *Rafaela Elisiário*, agradeço a parceria e por me apresentar Petrópolis, cidade que frequento desde que nasci, sob o ponto de vista da “história que a história não conta”. Nossas caminhadas pela cidade, durante o Seminário do Núcleo de Memória Política da UNIRIO, foram muito ricas.

A todos os pesquisadores do Núcleo de Memória Política da UNIRIO (NUMEP): Mariana, Caiett, Matheus, dentre muitos outros. Agradeço especialmente à Licia Gomes, pela acolhida e suporte em todas as minhas idas à Buenos Aires. Sua companhia e interesse por minha pesquisa foram inestimáveis. Agradeço, sobretudo, pela ajuda nas transcrições das entrevistas.

À Melisa Paiaro, com quem tive uma imediata conexão, pelas inúmeras interlocuções que tivemos sobre a luta por memória. O universo argentino se ampliou com o rock politizado de Charly Garcia. Seu trabalho, como parte de uma Equipe de Antropologia Forense, é de uma força e uma delicadeza enorme. Uma grande amizade latino-americana que o NUMEP proporcionou.

Aos funcionários da UNIRIO, condenso meus agradecimentos na figura do Lucas, secretário do PPGMS. Sua disponibilidade e prontidão para tirar dúvidas (e “aquietar” nossas aflições desnecessárias) foram fundamentais ao longo desta pesquisa. Ver a universidade pública funcionando à “pleno vapor”, é de uma alegria imensa.

Aos amigos da vida toda: Lucas, Marcos, Clara Maia, Thaís, Márcio, Flora, Clara Mellac, Tom, Catharina, Alice, Rafaela, Roberta, Gabriel, Pedro Felipe e André. Agradeço pela presença e por caminharem comigo ao longo de tantos anos.

A todos os amigos e colegas do CAPS III Franco Baságua, com quem trabalhei por longos anos antes iniciar esta pesquisa de mestrado. Agradeço especialmente à Eliza Picoli, Bianca Bruno, Bianca Dantas, Manoela Freitas, Gabriela Tinoco, Bárbara Penteado e Maxneli Cruz, pela amizade que construímos.

Aos amigos casaverdeanos, Felipe Bó, Fernanda Bhering, Danilo Godinho Bettina Mattar, Arthur Lobo e Valentina Sofia, por tantas aventuras e desconstruções.

A todos que transmitem amor e cuidado à minha filha Maitê: sua mãe, Alejandra; Angela e George, “abuelitos”; ao seu padrinho, Lucas Zappa; à Érika e Cibelle Paradela, pela presença cotidiana.

À Natasha Helsinger e Patricia Andrade, pelo amor imenso e por fazerem parte da minha família. Sempre por perto quando o “chão se abre”. A Ricardo Jabace, pelo seu encantamento com a vida. Quando estamos todos reunidos, é sempre festa.

Aos meus sogros, Roberto e Nucha, pela presença “além mar” e pela família que construíram. Aos meus cunhados Carine, Valter, Adriana e Miguel, nossos encontros são sempre lembrados com carinho.

Aos meus pais, Silvia e Murilo, por toda estrutura que me deram, por me incentivarem a alçar vôos sempre mais altos e por me transmitirem o valor do trabalho. À minha irmã Priscila, pela longa caminhada e por tantos interesses em comum. Agradeço especialmente pela construção dessa nova geração. Maya e Noah, são encantadores. À Teresa Severina dos Santos, por cantar, todos os dias, as “ladainhas” mais bonitas que já escutei.

À minha avó, Yola, pela força extraordinária.

Ao Lucas Menna Barreto Goldberg, pela oportunidade de experimentar uma nova forma de amar e “paternar”.

À Maitê Vargas Tapajós, minha filha. Desde seu nascimento sou profundamente marcado por sua presença (e por essa “força estranha”), que me faz encontrar beleza nas pequenas coisas.

À Daniela Menna Barreto, pelo amor, pela alegria e pela música. Nossas construções estão apenas começando e já me fazem muito feliz.

Nada o muy poco sé de mis mayores portugueses, los borges: vaga gente que prosigue en mi carne, oscuramente, sus hábitos rigores y temores. Tenués como se nunca hubieran sido y ajenos a los trámites del arte, indescifrablemente forman parte del tempo, de la tierra y del olvido. Mejor así. Cumplida la faena, son Portugal, son la famosa gente que forzó las murallas del oriente y se dio al mar y al outro mar de arena. Son el rey que en el místico desierto se perdió y el que jura que no ha muerto.

(Jorge Luis Borges)

TAPAJÓS, Conrado. **Histórias Desobedientes**: uma inquietante presença na luta por memória, verdade e justiça na América Latina. Rio de Janeiro, 2023. 88 p. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO

Considerando os efeitos nefastos das violações de direitos humanos que ocorreram ao longo da ditadura militar e a configuração traumática que tiveram para a sociedade brasileira, a presente pesquisa se propõe a analisar as políticas de esquecimento forçado e o imperativo de conciliação sustentados pelo Estado brasileiro desde a redemocratização. Além de ser um obstáculo na elaboração das marcas traumáticas, a ausência de uma memória compartilhada acerca da ditadura faz com que os crimes cometidos ao longo deste período sigam sem julgamento, e, os responsáveis, tampouco, condenados. Com isso, estabeleceu-se em nossa sociedade uma naturalização da violência, fato evidente quando analisamos a quantidade de crianças e jovens, moradores das periferias, que são mortos cotidianamente durante as operações policiais. Ademais, a ausência de uma memória, e de um avanço nos marcos jurídicos, permitem que o autoritarismo ressurja na centralidade do cenário político. Em contraponto ao que se passa na sociedade brasileira, analisamos a trajetória argentina de luta por memória, verdade e justiça. A consciência que se construiu neste país permitiu o surgimento de um novo ator político: “filha (e filho) de genocida” ou “filha (e filho) desobediente”, familiares de repressores da ditadura que se juntaram à luta das mães e Avós da Praça de Maio, reivindicando que seus pais respondam pelos crimes que cometeram. A entrada deste “novo ator”, se não impede que o autoritarismo ressurja no cenário político, tem sido fundamental no enfrentamento do “negacionismo”, que disputa as narrativas sobre a ditadura. Além disto, por ser inédito, coloca questões para diversos campos do saber. Questões essas que nos dispomos a percorrer ao longo do texto.

Palavras-chave: genocídio, ditadura, desmentido, trauma, herança, memória.

ABSTRACT

Considering the harmful effects of human rights violations that occurred during the military dictatorship and their traumatic configuration for Brazilian society, this research aims to analyze the policies of enforced forgetting and the imperative of reconciliation sustained by the Brazilian state since democratization. Not only are they an obstacle in dealing with traumatic marks, but the absence of a shared memory about the dictatorship also results in the crimes committed during this period remaining unjudged and those responsible not being condemned. This has led to a normalization of violence in our society, a fact that is evident when analyzing the number of children and young people, residents of urban outskirts, who are killed daily during police operations. Furthermore, the lack of memory and progress in legal frameworks allows authoritarianism to resurface at the center of the political scene. In contrast to what is happening in Brazilian society, we analyze the Argentine trajectory of fighting for memory, truth, and justice. The awareness built in this country has led to the emergence of a new political actor: "daughter (and son) of a genocidaire" or "disobedient daughter (and son)," family members of dictatorship repressors who joined the fight of the Mothers and Grandmothers of Plaza de Mayo, demanding that their parents answer for the crimes they committed. The entry of this "new actor," if not preventing authoritarianism from resurfacing in the political scene, has been fundamental in confronting "denialism," which disputes the narratives about the dictatorship. In addition, as it is unprecedented, it raises questions for various fields of knowledge. We intend to explore such questions throughout the dissertation.

Keywords: genocide, dictatorship, denial, trauma, inheritance, memory.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA BRASILEIRA: IMPERATIVO DE CONCILIAÇÃO E COMPULSÃO À REPETIÇÃO NA POLÍTICA BRASILEIRA	16
1.1	1985 – Brasil: Nunca Mais	18
1.2	O Orvil	19
1.3	Reconciliação compulsória	20
1.4	O estopim da bomba	21
1.5	Mal-estar no Brasil contemporâneo	23
1.6	A luta pelos direitos humanos no Brasil	28
2	A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS NA ARGENTINA	31
2.1	Madres y Abuelas de Plaza de Mayo	33
2.2	H.I.J.O.S	35
2.3	A virada do século e a retomada dos julgamentos	37
2.4	2x1 e a conformação do Coletivo Histórias Desobedientes	41
2.5	Histórias desobedientes Brasil	46
2.6	Trauma histórico	46
2.7	A desobediência como estratégia política	48
2.8	As influências do movimento feminista	50
2.9	Uma ética da horizontalidade	51
3	O LEGADO TRANSGERACIONAL DO GENOCÍDIO	53
3.1	Memória e herança na obra freudiana	53
3.2	A ‘inquietante estranheza’	59
3.3	Torok e Abraham	65
3.4	Trauma e silêncio	67
3.5	A formação de um coletivo	71
4	CONCLUSÃO	75
	REFERÊNCIAS	79

INTRODUÇÃO

Ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, testemunhamos diversas tensões e disputas no cenário político e social brasileiro. De um governo democrático e progressista, que chegou ao poder após anos de disputa eleitoral e que inaugurou uma série de políticas sociais – dentre elas, um aumento expressivo no número de universidades públicas por todo Brasil, o estabelecimento de políticas de cotas raciais, a regulamentação trabalhista para as empregadas domésticas e auxílios como o bolsa-família, que retirou da extrema pobreza uma parcela considerável da população – tivemos a ascensão de um governo popular, de extrema direita, que atacou as universidades públicas e a ciência, ameaçou metralhar seus inimigos políticos, disseminou fake news em massa e questionou por diversas vezes a atuação do Supremo Tribunal Federal, desrespeitando o equilíbrio entre os três Poderes. Um período cuja análise é complexa, mas que deixou uma evidente ruptura no “pacto social” – representado pela Constituição federal de 1988, marco da redemocratização.

Nesta perspectiva, junho de 2013 – quando diversos protestos se espalharam pelo país contra o aumento no preço das passagens nos transportes públicos – parece ter provocado a fissura, por onde uma série de reivindicações absolutamente conflitantes tomaram conta das ruas. Um Brasil, como se diz na psicanálise, “a céu aberto”, onde os anseios por uma democracia mais radical se alternavam aos gritos por intervenção militar. Apoiadas no discurso de combate à corrupção e nas denúncias cotidianamente veiculadas pela mídia e por um Congresso majoritariamente conservador, as manifestações foram aos poucos se tornando mais homogêneas, e o protagonismo passou a ser do “patriota-cidadão de bem”, empenhado em moralizar a política e os costumes.

Acerca desta articulação do parlamento com a mídia e a justiça, que operaram deslegitimando um governo popular, Lifschitz (2020), sugere a ideia de uma máquina de guerra, tal qual Deleuze e Guattari (2012) formularam com o conceito de máquina semiótica. Tal maquinaria teria renovado permanentemente os efeitos de aceleração, produzindo uma sensação vertiginosa, que deixou a muitos de nós perdidos com os fluxos e alterações nos rumos da política (Lifschitz, 2020).

Das múltiplas abordagens possíveis da história recente, priorizaremos o fato de que, ao longo deste período, uma presidenta eleita, ex-presença política e vítima de tortura por parte do Estado brasileiro, sofreu impeachment e, no decorrer deste processo, em pleno Congresso Nacional, o ex-presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, então deputado federal, ao

realizar seu voto, evocou a memória daquele que foi um dos maiores algozes da ditadura militar brasileira: o coronel Brilhante Ustra.

A ruptura e a tensão na política brasileira que decorreram desse momento têm, portanto, relação direta com a narrativa acerca da ditadura e evidenciam o modo como o Estado brasileiro tratou de silenciar essa "página infeliz da nossa história" durante a redemocratização. Esse passado que retorna na esfera social revela a ausência de um trabalho coletivo com as marcas traumáticas da violência vivida ao longo da ditadura e como os militares, em sua correlação de forças com o Estado brasileiro, seguem fazendo uma gestão desse passado, impedindo o acesso à verdade e a possibilidade de um debate que permita a construção de memórias que contemplem as mais variadas perspectivas acerca deste período.

As ditaduras militares latino-americanas que se desenrolaram a partir de meados da década de setenta, no Cone Sul, trouxeram consequências graves para as sociedades em questão. No Brasil, os relatórios da Comissão Nacional da Verdade contabilizaram 434 mortos e desaparecidos entre os anos 1964 e 1985, além de concluir que as graves violações de direitos humanos que ocorreram ao longo deste período (tortura, execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres) "foram resultado de uma ação generalizada e sistemática do Estado, configurando crimes contra a humanidade"¹. As estratégias usadas para disseminar o medo como forma de dominação política das populações basearam-se em métodos refinados de terror físico, ideológico e psicológico (Bauer, 2014, p. 35). Desta forma, o impacto dessas práticas no cotidiano da sociedade brasileira deixou marcas profundas em nossa cultura. Marcas estas que permanecemos impedidos de elaborar.

Sabemos o quão problemáticas foram as transições dos regimes ditatoriais para as redemocratizações na década de 80. A lei da "anistia" ou "ponto final", para citar os casos brasileiro e argentino, tinham como objetivo perpetuar o silêncio e impor o esquecimento, impedindo um trabalho coletivo de construção de memórias acerca da violência vivida. Na trajetória argentina, destacaram-se a atuação das Mães e Avós da Praça de Maio, que denunciavam (e seguem denunciando) cotidianamente o desaparecimento de seus filhos e o sequestro de seus netos, e o governo Raul Alfonsín, que, em 1985, submeteu a julgamento nove militares que, ao longo da ditadura, compuseram as juntas militares que governaram o país. A ampla repercussão dos depoimentos das vítimas foi fundamental para a criação de uma consciência da gravidade dos crimes cometidos. Desta forma, a "Lei do ponto final", decretada

¹Informações obtidas através dos relatórios da Comissão Nacional da Verdade (vide www.cnv.com.br).

no final da década de 80, foi pouco efetiva como política de silenciamento, pois encontrou grande resistência por diversos setores da sociedade argentina, que se organizaram reivindicando memória, verdade e justiça. Tais lutas contribuíram com sua revogação durante o governo de Néstor Kirchner.

No caso brasileiro, a lei de anistia (Lei 6.683), sancionada em 1979 e em vigor até os dias atuais, assegurou uma continuidade com os governos militares e foi um instrumento central no processo de redemocratização. Até o governo da ex-presidenta Dilma Rousseff, as escassas políticas reparatórias priorizaram o viés pecuniário e ações educativas - como as ações que se desenrolaram, a partir de 2007, com a instituição, pelo Ministério da Justiça, das caravanas da anistia.

Em 2012, no primeiro mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, instaurou-se, pela primeira vez, uma Comissão Nacional da Verdade - para investigar as graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. É importante destacar que o processo parlamentar que levou ao golpe de 2016, interrompendo o segundo mandato da ex-presidenta, teve início na sequência da divulgação do relatório final da Comissão da Verdade, que reconheceu e responsabilizou os governos militares pelos crimes cometidos.

Considerando os inúmeros desdobramentos da política de silenciamento e de esquecimento citados acima, esta pesquisa se justifica a partir da compreensão de que o tema da ditadura militar é central no cenário político e social brasileiro. Desta forma, no atual momento político, com a retomada nas urnas de um governo democrático e progressista, não há como restabelecer um projeto de país sem que este passado seja enfrentado. É preciso dar tratamento a este grave sintoma social que se estabeleceu na sociedade brasileira. Temos, portanto, um longo trabalho pela frente.

Já como um vetor deste trabalho, cito a seguir algumas pesquisas publicadas ao longo da última década, que buscam redimensionar os impactos da ditadura para a sociedade brasileira, combatendo o discurso negacionista. Tal discurso, que ganhou projeção com a ascensão do ex-presidente Jair Bolsonaro, insiste em caracterizá-la como uma "ditabranda", quando comparada com outras ditaduras do Cone Sul – em especial a ditadura argentina, que reivindica 30 mil mortos e desaparecidos.

Combatendo os discursos negacionistas que relativizam os horrores da ditadura brasileira, a Comissão de Verdade e Justiça da UFRJ publicou, em 2021, em formato de documentário, o resultado de uma série de pesquisas, sob o título "Incontáveis", que analisa o impacto da ditadura para as populações indígenas, LGBTQIA+ e para o movimento negro.

Evidenciando que a conta feita até então "não fecha" e reconhece majoritariamente o impacto desta sobre estudantes universitários, brancos e em sua maioria de classe média, que estiveram engajados na luta contra a ditadura. Ignora com isso, por exemplo, o impacto que a corrida desenvolvimentista teve, no norte do país, para os povos indígenas, com a construção da transamazônica.

Outro exemplo acerca do impacto mortífero da ditadura para a sociedade brasileira foi apresentado pela jornalista Daniela Arbex. Em seu livro, publicado em 2013, abordou o que chamou de "Holocausto brasileiro", a respeito dos 60 mil pacientes mortos na colônia de Barbacena, um dos maiores manicômios do Brasil. Arbex denunciou ainda, entre os anos de 1960 até 1980, a prática de venda de cadáveres para as faculdades de medicina. Ao longo da ditadura, houve uma proliferação de clínicas psiquiátricas conveniadas ao setor privado, com pouca ou nenhuma fiscalização acerca da qualidade do cuidado. Este período ficou conhecido como "indústria da loucura", evidenciando o aspecto perverso e lucrativo de tal empreendimento, que lucrava até mesmo com a morte de seus internos.

Seguindo também este enfrentamento das versões negacionistas, o jornalista Eduardo Reina² publicou, em 2019, um livro em que identificou e localizou 19 crianças sequestradas e adotadas ilegalmente por militares, em especial no período da guerrilha do Araguaia, um dos mais duros e sangrentos episódios da ditadura brasileira, quando já haviam eclodido as demais ditaduras do Cone Sul, sistematizadas a partir do Plano Condor.

A presente pesquisa se alinha com as pesquisas anteriormente citadas, ressaltando o profundo impacto da ditadura no corpo e na vida daqueles que foram afetados diretamente pela violência de Estado, estendendo-se também a toda a sociedade brasileira. Devido à dimensão do horror, agenciado cotidianamente pelo Estado brasileiro, configurou-se uma experiência traumática coletiva. Diante da ausência de um trabalho coletivo com essas marcas traumáticas, a experiência de violações por parte do Estado tende a se repetir em momentos subsequentes da nossa história, mesmo sob novas configurações.

Partindo desta premissa, analisaremos a luta por memória, verdade e justiça na Argentina, que trouxe importantes conquistas ao mobilizar amplamente a sociedade, julgar publicamente e condenar os responsáveis por crimes de lesa humanidade, com ampla cobertura midiática. Dessa forma, diversos atores políticos engajados na luta por memória, verdade e

² *As crianças sequestradas e adotadas ilegalmente por militares durante a ditadura brasileira* | Política | G1, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/21/as-criancas-sequestradas-e-adotadas-ilegalmente-por-militares-durante-a-ditadura-brasileira.ghtml>

justiça fizeram ecoar os horrores da ditadura, principalmente por meio do depoimento das vítimas. Isso criou tanto a possibilidade de circulação de narrativas acerca da experiência vivida, sob os mais diversos pontos de vista, quanto uma consciência e responsabilidade coletiva com o período e as práticas em questão.

Dentre os atores políticos envolvidos na luta por memória, verdade e justiça, destacaremos os "filhos de repressores", que em 2017 compuseram o "Coletivo Histórias Desobedientes: Familiares de Genocidas na Luta por Memória, Verdade e Justiça". Analisaremos as questões suscitadas pelo surgimento desse novo ator político, a partir de uma articulação teórica da psicanálise com o campo das ciências sociais: quais foram as condições de possibilidade para o surgimento desse ator político? De que modo podem participar do trabalho coletivo de enfrentamento das marcas traumáticas iniciado pelas Mães e Avós da Praça de Maio? Como podem contribuir com a memória, verdade e justiça? Quais os efeitos transgeracionais dos crimes de lesa humanidade? O que fazer com o legado genocida?

Capítulo 1 – Transição Democrática Brasileira: Imperativo de Conciliação e Compulsão à Repetição na Política Brasileira

No ano de 2014, um mês após prestar depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o Coronel reformado do exército Paulo Malhões, conhecido por sua participação na repressão política ao longo da ditadura militar, foi morto em sua casa na Baixada Fluminense³. Malhões, durante seu depoimento, teria assumido a participação na ocultação de corpos, dentre eles, do ex-deputado Rubens Paiva, além de evidenciar as estratégias utilizadas para tal. Paulo Malhões atuou na coordenação do Centro de Informações do Exército no Rio e revelou ainda, em seu depoimento, que as práticas realizadas na Casa da Morte de Petrópolis serviam de laboratório para diversos outros centros clandestinos de tortura espalhados pelo Brasil.

A transição democrática ao final da ditadura militar representou uma série de articulações minuciosas, de modo a rearranjar as forças que atuavam ao longo da ditadura. Os militares em sua correlação de forças com o Estado brasileiro reconfiguraram suas estratégias de atuação, mantendo os governos das primeiras décadas da redemocratização ainda sob rédeas invisíveis.

A Lei da Anistia (Lei 6.683), promulgada em 28 de agosto de 1979, foi um desdobramento do que o historiador catalão, Ricard Vinyes, nomeou como “ideologia da reconciliação” (Bauer, 2014), que se baseia na equiparação dos crimes cometidos pelo Estado, com aqueles cometidos pelos grupos armados de oposição. Tal equivalência justificaria uma “virada de página”, sem que se precisasse “tocar no assunto”. Essa foi a construção para a aceitação de uma anistia ampla geral e irrestrita.

O professor do Departamento de História da USP, Marcos Napolitano, introduz neste debate o posicionamento de setores da esquerda, que contribuíram para esse olhar para o futuro, deixando em segundo plano as reivindicações por memória, verdade e justiça. Nesta perspectiva, cita o crescimento do movimento sindical e operário, que agitavam o cenário político brasileiro com intensas pautas econômicas e sociais. Além desta nova esquerda, que daria origem ao Partido dos Trabalhadores, Napolitano cita dois livros de memórias da luta armada com um viés autocrítico: ‘O que é isso companheiro?’, publicado em 1979 por Fernando Gabeira; e ‘Os carbonários’, publicado por Alfredo Sirkis em 1980. O autor sustenta que ambas as narrativas, embora citem a tortura, a repressão e as mortes, não destacam o aspecto

³ [G1 - Coronel que admitiu participar de tortura é morto no RJ - notícias em Rio de Janeiro \(globo.com\)](#)

traumático de tais experiências, centrando suas narrativas no que chamou de romantismo inconsequente da luta armada.

Ora, mesmo que se considere esta narrativa de uma certa debandada da luta por memória, verdade e justiça, com setores da esquerda aderindo ao apelo liberal de “olhar para o futuro”, é importante destacar os efeitos nefastos de tal investida. Se, num primeiro momento, a anistia permitiu um “grande reencontro”, porque não dizer, “festivo”, com a possibilidade de retorno de diversos atores políticos que estavam vivendo no exílio; a ressaca dessa festa evidenciou a dimensão perversa da anistia irrestrita. Aqueles que lutaram contra a ditadura pagaram em sua maioria um preço altíssimo: pagaram com a própria vida, pagaram com a experiência e as marcas da tortura, com a exoneração de cargos públicos, com os anos vividos no exílio compulsório; já aqueles que participaram da repressão, articularam para si, através da anistia, uma blindagem. Seguiram frequentando a vida social como se nada tivesse acontecido. Encriptaram os crimes que cometeram e revestiram o silêncio com a mais alta honraria.

Acerca da abertura e conciliação política dos anos 80, a historiadora e professora da Universidade Federal de Pelotas, Caroline Bauer, recupera como a “cordialidade” se tornou um impeditivo das lutas por direitos e uma ameaça para a consolidação da democracia em diferentes momentos da nossa história. Evoca a formação social brasileira, nos primeiros anos da República Velha, que varreu para baixo do tapete séculos de violência e dominação escravocrata e forjou o mito da cordialidade, como bem descreveu Sérgio Buarque de Hollanda em "Raízes do Brasil" (Bauer, 2012). O sentimento produzido pelo mito da cordialidade foi o antecedente necessário, para dar um verniz ameno ao silêncio compulsório imposto à sociedade brasileira ao final da ditadura.

As pesquisas de Bauer demonstram ainda como a manutenção da conciliação brasileira implicou na construção de uma conotação pejorativa dada à trajetória argentina, que passa a ser caracterizada como revanchista⁴. O acordo que levou às eleições indiretas e à vitória de Tancredo buscou garantir que “a ‘síndrome de Alfonsín’ não atingiria a transição brasileira” (Zaverucha, 1994 p. 96).

A preocupação dos militares com o risco da sociedade brasileira se contagiar com a trajetória argentina revela como, a partir do começo dos anos 80, a disputa, que antes se dava através do conflito armado e da eliminação dos grupos opositores, se reconfigura numa disputa de narrativas. Se, com a redemocratização, já não era possível censurar o que estava sendo dito

⁴ Numa referência ao juízo das juntas militares que ocorreu no ano de 1985, no governo de Raul Alfonsín, que julgou e condenou os militares que governaram a Argentina ao longo da ditadura.

ou expresso nas mais variadas formas de manifestação artística, era preciso equilibrá-las, de modo que não se criasse um consenso, ou uma narrativa hegemônica que reivindicasse os crimes perpetrados pelo Estado brasileiro.

Duas publicações foram centrais nessa disputa: "Brasil: Nunca Mais", publicado em 1985, denunciando, a partir de cópias de arquivos do Supremo Tribunal Militar, os crimes praticados pelo Estado brasileiro; e o Orvil, que nunca chegou a ser publicado, porém circulou secretamente no epicentro da extrema direita brasileira até ser descoberto em 2007 pelo jornalista Lucas Figueiredo, que publicou uma série de reportagens a partir deste material. Por trás do projeto "Brasil: Nunca Mais" estava o cardeal-arcebispo de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns, já o Orvil fora orquestrado pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves.

1.1. 1985 – Brasil: Nunca Mais

A “ideologia da reconciliação” se organizou em torno da narrativa de que houve “excessos” dos dois lados. Assim, os “excessos” cometidos pelos militares, não representariam práticas institucionais, mas “deslizes” cometidos individualmente por alguns militares. Ao contrário do que se possa imaginar a partir desta narrativa, o Supremo Tribunal Militar estava a par do que se passava nos porões da ditadura. As denúncias feitas pelos presos políticos e todo um vasto sistema de informações eram minuciosamente documentados e armazenados de forma organizada em microfilmes. Em 1979, um grupo de advogados convocados pelo cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns se engajaram em um projeto que ficou conhecido como "Brasil Nunca Mais" (BNM). Aproveitando o acesso que tinham aos processos em curso no Supremo Tribunal Militar, os advogados conseguiram transitar pelas “brechas” institucionais, de modo a conseguirem sair do edifício com tais documentos e realizar cópias dos mesmos, compilando um material importante de combate à ditadura e de denúncia dos crimes cometidos pelo Estado brasileiro.

Esse compilado, publicado em 1985, foi o desdobramento de uma série de denúncias feitas por familiares de presos e desaparecidos políticos às quais D. Paulo Evaristo Arns teve acesso a partir da criação da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. As denúncias incentivaram a criação do projeto "Brasil: Nunca Mais", que se tornou um dos principais instrumentos em torno do qual se organizou a luta por memória, verdade e justiça no Brasil na primeira década da redemocratização.

1.2. O Orvil

Em resposta ao livro-denúncia "Brasil: Nunca Mais", Leônidas Pires Gonçalves, então ministro do Exército durante a transição democrática no governo do Sarney, organizou o Orvil. Uma resposta especular, a começar pelo título, de modo a reforçar a ameaça comunista. Tal discurso perverso-paranoico foi o apelo construído pelos militares com a intenção de criar uma atmosfera de medo, que justificasse uma dura repressão àqueles que queriam “implantar” o comunismo no Brasil.

O trabalho (Orvil) deveria desnudar as intenções e as práticas da esquerda – sobretudo a esquerda armada – e contar como os militares haviam conseguido derrotar as guerrilhas urbana e rural, salvando o país de se tornar um Cubão ou uma nova china (Figueiredo, 2013 p.73).

De acordo com Lucas Figueiredo, jornalista que teve acesso inédito ao então livro secreto, o general Leônidas Pires buscava em seu projeto de resposta apontar a ênfase seletiva do cardeal arcebispo nos crimes cometidos pelos militares, ocultando as ações cometidas pelos militantes de esquerda, ou mesmo o treinamento que uma parcela deles recebera nas academias militares de Pequim, Moscou e Havana (Figueiredo, 2013).

A estratégia de narrativa dos militares buscava levar a crer que os “terroristas”, como eram chamados os militantes engajados na luta armada, estavam treinados e articulados para a implantação de uma ditadura do proletariado. O Coronel Brilhante Ustra, em livro publicado em 1987, sob o título “Rompendo o silêncio”, busca esconder os vestígios deixados pelas torturas nos mortos do DOI-CODI de São Paulo, sob o argumento de que teriam morrido ou sido atropelados em combate. O atropelamento justificaria o número exacerbado de fraturas nos mortos registrados pelo DOI-CODI. Dando acabamento a essa estratégia, sustenta que o desaparecimento dos corpos era, na verdade, uma consequência dos documentos falsos que os “terroristas”, como se referia aos opositores do regime, usavam na ocasião de sua morte - o que os levava a serem enterrados com outro nome.

Tais estratégias demonstram uma narrativa linear sem brechas para questionamento e que busca perversamente forjar uma atmosfera de institucionalidade no modus operandi dos militares. A principal preocupação parecia ser a de neutralizar qualquer intenção revanchista que pudesse ganhar força com a denúncia feita em "Brasil: Nunca Mais".

1.3. Reconciliação compulsória

Essa disputa de narrativas acerca do passado da ditadura permaneceu restrita a certos segmentos da sociedade brasileira e, embora ao longo do governo FHC e dos governos Lula algumas políticas públicas tenham contemplado o tema da ditadura, o imperativo de conciliação era um “teto baixo”, impedindo um aprofundamento do debate⁵. Neste sentido, toda vez que se avançou um pouco com as políticas de memória e reparação, o pacto da “página virada” era evocado.

A exemplo disso, podemos citar a criação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos em 1996, que concedeu à viúva do ex-deputado Rubens Paiva o atestado de óbito de seu marido, desaparecido ao longo da ditadura. A cerimônia realizada no Palácio do Planalto provocou incômodo em alguns setores do exército que compreendiam tal gesto como uma quebra no acordo. Após participar da cerimônia e abraçar a viúva de Rubens Paiva, o general Alberto Cardoso declarou à imprensa que “Definitivamente, a sociedade está reconciliada” (Bauer, 2014 p. 231).

Análogo ao que se passou em 1996, foi o processo que levou à criação da Comissão Nacional da Verdade. Bauer (2014), em seu estudo comparativo acerca das políticas de memória no Brasil e na Argentina pós-ditadura, demonstra como a criação de uma Comissão Nacional da Verdade e Justiça, aprovada na XI Conferência Nacional de Direitos Humanos, em 2008, passou por uma série de modificações em seu texto original. A mais gritante de todas as modificações foi a retirada do termo “Justiça” do título da Comissão. A esta retirada corresponde também uma arquitetura jurídica na lei aprovada (Lei 12.528/2011) que determina, “de acordo com o artigo 6º da lei, que a comissão pode atuar de forma articulada e integrada com os órgãos públicos ‘desde que observadas as disposições da Lei 6.683 de 28 de agosto de 1979’ – Lei da Anistia” (Bauer, 2014, p. 13). Consta ainda no texto da lei, no artigo 1º, que o objetivo da Comissão é “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos a fim de efetivar o direito à memória e verdade histórica e promover a reconciliação”⁶.

⁵ Não faremos nesta pesquisa uma descrição pormenorizada dessas medidas, pois desviaria o foco do debate quepretendo levantar. A cerca disto o trabalho da historiadora Caroline Silveira Bauer, citado ao longo do texto, o faz de forma minuciosa.

⁶ BRASIL. Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/L12528.htm.

Embora o projeto de lei que instaurava a Comissão Nacional da Verdade tenha sido encaminhado em 2010, no segundo mandato do presidente Lula, sua aprovação se deu em 2011, ano em que a presidenta Dilma Rousseff assumiu a presidência.

1.4. O estopim da bomba

A chegada à presidência de uma mulher, ex-presença política, no ano em que se instaurou a Comissão Nacional da Verdade, foi um fator de peso no somatório de eventos que desestabilizou a tão articulada conciliação. Já durante a corrida presidencial, um comercial veiculado pela campanha do Candidato José Serra acusa o PT de não gostar da democracia, de apoiar ditaduras, censurar a imprensa. Em outro comercial, questiona a trajetória política de Dilma e apresenta uma sequência de imagens do Congresso Nacional sendo pintado de vermelho. Em ambos os casos, a ameaça comunista é evocada, operando um imaginário político do medo.

No ano de 2012, a cerimônia no Palácio do Planalto de instituição da Comissão Nacional da Verdade mobilizou amplos setores de nossa sociedade e contou com o apoio de todos os ex-presidentes da República desde a redemocratização. Na ocasião, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso defendeu que a comissão deveria apurar apenas os crimes cometidos pelo Estado e não aqueles cometidos por opositores, como propunham os militares, tratando a comissão como um assunto de Estado.

Em 2014, a CNV encaminhou ao Ministério da Justiça um pedido de abertura de sindicância para que se apurassem as violações de direitos humanos cometidas em sete instalações militares⁷. O pedido foi aprovado, e a sindicância foi aberta pelas Forças Armadas, que, ao término de três meses, encerrou a sindicância constatando não ter havido qualquer desvio de funcionalidade em tais instalações.

Em abril deste mesmo ano, o coronel reformado Paulo Malhães, citado na introdução deste capítulo, foi assassinado em sua casa, um mês após prestar depoimento à Comissão Nacional da Verdade, assumindo ter cometido graves violações de direitos humanos e revelando informações acerca da prática de desaparecimento de corpos. O depoimento de Malhães foi um dos mais contundentes prestados à CNV. Mesmo não tendo sido elucidadas as motivações do crime, seu assassinato se tornou um obstáculo para a atuação da comissão,

⁷[OFI 124 \(memoriasreveladas.gov.br\)](http://OFI124(memoriasreveladas.gov.br))

desencorajando o depoimento de outros atores políticos importantes no esclarecimento dos crimes cometidos. A atmosfera de medo e a suspeita de uma “queima de arquivo” revelam a continuidade da ditadura quase três décadas após a redemocratização. Tanto a sindicância feita pelas Forças Armadas quanto o medo que paira após a execução de Malhães revelam que o pacto militar de “encriptamento” da memória da ditadura não pode ser rompido em hipótese alguma.

Em setembro de 2014, ao prestar depoimento à CNV, o ex-delegado do DOPS, Cláudio Antônio Guerra, foi interrogado por membros da Comissão acerca da necessidade de proteção em função de eventuais ameaças – numa associação direta ao assassinato de Malhães. Ao que Guerra respondeu: “há um mês atrás a BBC de Londres queria gravar um documentário comigo no Rio. Aí, uma daquelas ‘pessoas do passado’, que tem uma leve consideração por mim, avisou, ‘não vai ao Rio, que você vai morrer’. Eu falei, mas como? ‘Você vai morrer com uma simulação de uma bala perdida na hora que você passar por uma determinada rua’”⁸. Em seu depoimento, Guerra deixou claro estar sendo acusado de ser “dedo duro”, ao que se defende dizendo estar falando apenas das coisas que ele próprio executou ao longo da ditadura. Descreve de forma detalhada a tecnologia que operou para o desaparecimento dos corpos, utilizando os fornos de uma usina de cana de açúcar (abandonada) em Campos no Estado do Rio de Janeiro. Revelou ainda a participação de empresários na sustentação do aparato da repressão e que, com a redemocratização, todo esse aparato (junto com os civis e militares que o operavam) migrou para o setor de segurança privada e seguiu mantendo tanto um poderio quanto uma boa rentabilidade. Por fim, justificou suas práticas pelo aspecto da lealdade aos seus chefes e o respeito às hierarquias - e que não teme a consequência de seus atos, pois hoje se tornou um servo de Deus e só essa justiça lhe importaria.

Um ano após a divulgação do relatório final da Comissão Nacional da Verdade, a então presidenta Dilma Rousseff sofreu um processo de impeachment. A votação no Congresso Nacional evidenciou a crise ética que o Brasil estava atravessando. O desenrolar dos fatos é conhecido: Jair Messias Bolsonaro, então deputado federal, ao realizar seu voto no Congresso Nacional, evocou a memória do coronel Brilhante Ustra, alzo da ex-presidenta e de centenas de pessoas, como um herói nacional. Dois anos após o impeachment de Dilma, sustentado por uma campanha que usou a desinformação e o ódio como estratégia política, Jair Bolsonaro foi

⁸ Disponível no Youtube pelo link: [claudio guerra comissão da verdade - YouTube](#) e no documentário Pastor Cláudio de Beth Fromaginni.

eleito Presidente da República. No terceiro mês de seu governo, no dia 31 de março, celebrou a “revolução de 64”, modo como os militares se referem ao golpe militar.

Se por longos anos da nossa redemocratização a disputa de narrativas sobre a ditadura se fez de forma restrita entre setores de nossa sociedade⁹, na última década ela se tornou central no cenário político. O discurso negacionista, que desmente os horrores da ditadura, se tornou a tônica da política institucional. A crise social que atravessamos, com a ocupação das ruas por movimentos da extrema direita, por sua vez, evidenciou a face encriptada, oculta, de nossa sociedade: o apoio civil a projetos antidemocráticos de país – caiu o mito da “cordialidade”.

1.5. Mal-estar no Brasil contemporâneo

Os discursos de ódio veiculados pela campanha e, posteriormente, pelo governo de Jair Bolsonaro evocaram pelo menos três camadas de um passado violento: as ditaduras latino-americanas, o Holocausto e a tradição escravocrata brasileira. É possível afirmar que essas três camadas foram trabalhadas intencionalmente, seja quando comparou negros a gados no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, ou quando seu ministro da cultura parafraseou Joseph Goebbels em vídeo divulgado para anunciar um prêmio nacional de arte. Quanto ao passado das ditaduras, já citamos diversas vezes ao longo desse texto. Os desdobramentos psíquicos desse modo de fazer política logo se fizeram notar. Em outubro de 2018, a jornalista Eliane Brum publicou no jornal *El País* uma reportagem com o título "*O ódio deitou no meu divã*"¹⁰ na qual alguns psicanalistas expuseram, com anuência de seus pacientes, relatos da intensificação da violência no cotidiano familiar e na pólis¹¹.

A chegada da pandemia evidenciou o aspecto desorientador da estratégia de governo de Bolsonaro, produzindo constantemente uma dupla mensagem. Enquanto seu ministro da saúde recomendava o uso de máscaras, o presidente circulava sem máscaras durante suas agendas. Ademais, a ausência de diretrizes claras de cuidado e preservação da vida, além de deixar a

⁹ O destaque ao aspecto setorizado comprometido com a memória da ditadura se dá em contraponto à ampla consciência social que caracteriza a trajetória argentina. No Brasil, destacam-se a atuação de setores da Igreja Católica, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Associação Brasileira de Imprensa, dentre outros.

¹⁰ [“O ódio deitou no meu divã” | Brasil | EL PAÍS Brasil \(elpais.com\)](#)

¹¹ A compreensão de que o mal-estar enunciado no setting psicanalítico tinha relação direta com esse modo de fazer política, fez com que muitos de nós, psicanalistas, nos manifestássemos publicamente em defesa da democracia e criássemos formas de participar deste debate. Uma delas, com a criação em 2018 dos “Psicanalistas Unidos pela Democracia” (PUD), um coletivo supra institucional que organiza debates e apoia ações em defesa da democracia.

população brasileira em total desalento, revelou um gozo com a morte: enquanto milhares morriam em todo o Brasil e assistíamos às imagens chocantes das valas comuns em Manaus, Bolsonaro organizava um grande churrasco - em maio de 2020, momento em que o número de mortos por dia estava em ascensão.

Acerca do mal-estar que se escancarou nos últimos anos, é fundamental compreendermos que as experiências de violência e crueldade que atravessaram a modernidade nos territórios de colônia com a escravização dos povos originários e o tráfico negreiro, passando pelos campos de concentração nazistas e reproduzidas nas ditaduras latino-americanas, marcaram de modo traumático tanto aqueles que sobreviveram a tais experiências como também familiares e pessoas do círculo próximo a estes; conferindo ao trauma uma dimensão coletiva.

Ao abordar a experiência traumática do Holocausto, o psicanalista Joel Birman¹² destacou o fato dos sujeitos, submetidos ao cotidiano brutal dos campos de concentração, não terem podido se antecipar às sucessivas violências que sofreram - orquestradas de forma perversa utilizando a crueldade como método. Seguindo a teoria freudiana do trauma, Birman (2022) indica que tais experiências se configuraram como traumas, na medida em que não houve nenhuma angústia sinal que pudesse alertar tais sujeitos para o perigo que corriam e, assim, poderem se proteger. A experiência concentracionária foi marcada por esta imprevisibilidade. Viveram, portanto, a angústia real, de forma avassaladora. Diante do inominado que configurou tais experiências, da dificuldade em simbolizar tais vivências e do silenciamento a que foram submetidas, o trauma tem um efeito transgeracional, na medida em que as gerações subsequentes ficam sem os elementos necessários para decifrar a dor vivida.

O modo como os militares operaram ao longo das ditaduras foi igualmente pautado pela perversão e crueldade. Aqui, evocamos os diversos depoimentos tornados públicos, como o de Amelinha Teles, que foi presa junto com o marido e os filhos. Amelinha narra que, após ser submetida ao pau de arara e receber choques pelo corpo, seus filhos eram levados para vê-la nua, cheia de sangue e urina¹³. Inês Etienne Romeu, única sobrevivente da Casa da Morte de Petrópolis, um centro clandestino usado pelos agentes da repressão, tornou-se um dos casos mais conhecidos. Além dos estupros que sofreu, Inês era forçada a ficar nua, exposta às baixas temperaturas do inverno na região.

¹² Artigo publicado sob o título: *Holocausto, trauma e testemunho: Semprún e a escrita do testemunho* (2022).

¹³ [Comissão de Anistia concede reparação a filhos de "Amelinha Teles", vítima de tortura comandada pelo ex-coronel do Exército Brilhante Ustra — Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania \(www.gov.br\)](http://www.gov.br)

À essa noção freudiana de trauma, descrita anteriormente, que marcou tanto aqueles que foram submetidos aos campos de concentração quanto aqueles que experienciaram os “porões da ditadura”, acrescentamos a noção de trauma de Sandor Ferenczi, que amplia a complexidade desta discussão. Para Ferenczi, psicanalista húngaro, contemporâneo de Freud e um de seus principais interlocutores, a configuração da experiência traumática se daria nos momentos subsequentes ao evento vivido. Para Ferenczi, o que definiria o aspecto traumático em um dado sujeito, seria determinado pelo contexto encontrado quando se decide confidenciar ou denunciar a violência vivida. Caso a sua narrativa seja desacreditada por aquela pessoa que o escutou, aí se configuraria a experiência traumática. Ferenczi, ao desenvolver sua teoria, estava se debruçando sobre as situações de abuso vivido pelas crianças, que muitas vezes tentavam confidenciá-las para os adultos, porém tinham suas narrativas desmentidas. Haveria, portanto, qualquer relação de autoridade atribuída a essa figura que desmente a experiência vivida.

A teoria ferencziana do trauma tem sido relida por alguns autores contemporâneos, como Gondar (2012), de modo a pensá-la também na sua dimensão política, a saber, das relações do sujeito com o Estado – assim como a criança diante do adulto, marcada por relações de autoridade. Quando então o Estado desmente os horrores vividos pelas vítimas da ditadura, seu efeito é devastador. Aquele que tem sua experiência desmentida fica desacreditado como sujeito. Passa a duvidar sobre sua percepção dos fatos, perdendo com isso sua capacidade de reação.

Afinada com esta leitura sobre os impactos da ditadura no corpo social, Vital Brasil (2018) se interroga acerca das especificidades da violência de Estado. Tais experiências traumáticas teriam alguma especificidade? Se diferenciariam de outras violências, como as de gênero, as intrafamiliares ou aquelas fruto da criminalidade?

Tais interrogações foram desencadeadas a partir de sua participação por mais de vinte anos em uma equipe clínica de atenção aos atingidos pela violência de Estado, junto ao grupo “Tortura Nunca Mais”, atendendo familiares de mortos e desaparecidos, ex-presos políticos, exilados e pessoas que viveram na clandestinidade. Diante de tal especificidade, Vital Brasil (2018) sustenta que os efeitos da tortura não se extinguem com a interrupção de sua prática. A negação de sua existência, como vimos acontecer na trajetória brasileira, contribui para manter ativos os sintomas psíquicos decorrentes da mesma:

(...) a consequência mais severa da tortura e da violência de Estado são os efeitos traumáticos, que são agravados pela negação da responsabilidade. O sofrimento, inicialmente produzido de maneira intencional pelos regimes repressivos, mantém-se

em atividade produzindo efeitos no corpo dos afetados e no corpo social intensificado pela desinformação do que ocorreu e pela impunidade (VITAL BRASIL, 2012 p. 6).

Diante disso, sua experiência demonstra uma tendência à privatização do sofrimento. A ausência de um contexto que possa escutar e acolher esse tipo de sofrimento leva a vítima ao temor de, ao comunicar e compartilhar a experiência vivida, reviver uma vulnerabilidade e uma desestruturação emocional e psíquica, já que não haveria segurança de que os marcos interpretativos compartilhados se desdobrariam em empatia.

A essa tendência de privatização do sofrimento, Vital Brasil (2018) interroga: o que representaria efetivamente uma reparação? A reparação no campo da compensação econômica esvaziou, sustenta a autora, um verdadeiro processo de reparação que inclui a construção da memória, verdade e justiça. Os responsáveis por crimes de lesa humanidade seguiram impunes na transição democrática e foram novamente anistiados quando, em 2010, o Supremo Tribunal Federal recebeu novo aval do poder estatal para proteger os responsáveis. Além disso, Vital Brasil atesta também uma limitação do dispositivo clínico, caso não haja um reconhecimento público dos danos causados pelo Estado: uma prática clínica que não leve em conta a proveniência do dano causado pelo Estado e que não aponte para uma política pública de reparação integral terá invariavelmente a mesma sorte: a privatização do dano (Kolker, 2010: 170-195).

O segundo aspecto a destacar acerca do mal-estar que se produziu no cenário político e social brasileiro diz respeito às políticas de esquecimento - que impedem que este trauma coletivo seja elaborado. A filósofa suíça radicada no Brasil, Jeanne Marie Gagnebin (2010), ao discorrer sobre “O que resta da ditadura”¹⁴, aponta para os efeitos do esquecimento forçado, característico das leis de anistia:

A imposição do esquecimento como gesto forçado de apagar e de ignorar, de fazer como se não houvesse havido tal crime, tal dor, tal trauma, tal ferida do passado, esse gesto vai justamente na direção oposta dessas funções positivas do esquecer para a vida. (Gagnebin, 2010).

Gagnebin, em uma interlocução teórica com Paul Ricoeur, apresenta que existem formas positivas de esquecimento. Refere-se aqui ao esquecimento que é um desdobramento de um trabalho de luto, por exemplo. Momentos nos quais um determinado sujeito faz as pazes com o passado. Isto, no entanto, é radicalmente diferente do esquecimento imposto, forçado, que caracteriza a lei de anistia (ou o “ponto final”). Estas se estabeleceriam como “memórias

¹⁴ Encontro realizado na USP no ano de 2010.

impedidas”, como abordou Paul Ricoeur em seu livro *A memória, a história e o esquecimento* (2007). Diferentemente do esquecimento fruto do luto e da elaboração, as memórias impedidas vão insistir em retornar.

Afinada com essa linha de pensamento, a psicanalista Maria Rita Kehl¹⁵ apontou para o fato de que o “esquecimento” da tortura produziu uma naturalização da violência como grave sintoma social. “Excluído da possibilidade de simbolização, o mal-estar silenciado acaba por se manifestar em *atos* que devem ser decifrados de maneira análoga aos sintomas dos que buscam a clínica psicanalítica” (Kehl, 2010).

O mal-estar que se desdobra a partir dessas violências não recai única e exclusivamente sobre aqueles que têm relação direta com quem morreu/desapareceu, mas sobre todos nós, na medida em que esta violência vivida, não elaborada, retorna no campo social como uma naturalização da violência. A título de exemplo, há aqui uma relação direta com a banalização das diversas operações policiais que ocorrem cotidianamente nas favelas brasileiras, que, na contemporaneidade, infelizmente se tornaram verdadeiras chacinas travestidas de segurança de Estado.

Outra consequência importante para nossa sociedade acerca da política de esquecimento forçado seria o que Birman (2020) descreveu como uma *tendência à melancolização*. O autor abordou o contexto pandêmico da covid-19, de mortes em massa, que levou a uma sobrecarga do sistema funerário e a necessidade de criação de valas comuns. Tal tragédia evocou, por diversos aspectos, tanto a experiência concentracionária, quanto os mortos das ditaduras, pela crueldade com que o poder público tratou as mortes. Torna-se inevitável o paralelo com as valas comuns, onde inúmeros mortos e desaparecidos foram enterrados ao longo das ditaduras latino-americanas. Ademais, por uma recomendação sanitária, os cerimoniais de luto ficaram restritos ou mesmo suspensos. Guardadas as devidas proporções de cada momento histórico, em comum, há o fato de que, em ambos os contextos, as mortes, por diferentes motivos, não puderam ser ritualizadas. Diante da ausência de um ritual que permita um trabalho de luto, diversos sujeitos ligados afetivamente com aquele indivíduo que morreu tiveram o processo de luto dificultado ou mesmo não realizado.

¹⁵ Integrou a Comissão Nacional da Verdade em 2012 e permaneceu até sua dissolução em 2014, com a publicação do Relatório Final.

1.6. A luta pelos direitos humanos no Brasil

Se estamos aqui descrevendo e reivindicando o impacto da ditadura e o legado destrutivo dos “anos de chumbo”, é preciso reconhecer que esse impacto só não foi maior graças a atuação de sujeitos que resistiram às torturas e encontraram coragem para depor, ou mesmo de coletivos que se organizaram em defesa dos direitos humanos. Pedretti (2023) destaca a força do vocabulário dos direitos humanos na virada da década de 60 para a década de 70 com a criação da anistia internacional. Em 1972, a Anistia Internacional publicou um documento com uma lista de supostas pessoas torturadas, assim como de torturadores, fazendo a partir da realidade brasileira, o primeiro relatório global sobre a tortura. A novidade apresentada por esta organização foi buscar uma sensibilização da sociedade através de afetos como solidariedade e compaixão diante da exposição do sofrimento de pessoas em situação de violência. No ano seguinte, a primeira articulação concreta do órgão foi em defesa do professor de história Luiz Basilio Rossi, preso pelo regime militar. A vigilância da Anistia Internacional se tornou um freio para a atuação dos militares e foi fundamental para sua libertação.

Nesta mesma época, criou-se a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo (CJP). Diante dessa atmosfera que começava a se criar, D. Paulo Evaristo Arns aceitou celebrar uma missa em homenagem ao estudante de geologia Alexandre Vanucchi, morto em março de 1973, pelo regime militar. A missa ocorreu na Catedral da Sé, no centro de São Paulo e reuniu mais de 3 mil pessoas. Serbin (2001) sustenta que esse caso foi um marco a partir do qual a “noção de direitos humanos saiu de uma abstração, para uma ação concreta”. Esta ênfase na perspectiva da vítima, trabalhada pela Anistia Internacional foi introduzida, segundo Napolitano (2022), após a segunda guerra mundial:

Até então as vítimas eram mero efeito colateral das guerras, colocadas em segundo plano nas narrativas que enfatizavam os estadistas como heróis militares vitoriosos. A partir de então, tornou-se categoria central a ser pensada, reverenciada, memorizada, reparada (Napolitano, 2022, p. 1-15)

Napolitano destaca que o eixo a partir do qual foi se organizando a memória centrou-se na “vítima inocente” e na “vítima resistente”. Nesse cenário, os depoimentos dos sobreviventes são peças fundamentais para a construção de um olhar crítico e da memória social, inspirando uma nova ética e uma nova epistemologia para analisar os eventos que envolvem a violência de Estado em largas proporções. Segundo o autor, esta nova epistemologia foi incorporada também pelas lutas anticoloniais e, no contexto das ditaduras latino-americanas, foi decisiva

para ressignificar o autoritarismo e as graves violações de direitos humanos. Um exemplo desta reivindicação veio através de um documento elaborado pelos presos políticos do presídio de Ilha Grande, no ano de 1975, endereçado a parlamentares, pedindo a transferência para algum estabelecimento na cidade do Rio de Janeiro. Além do texto, de modo a pressionarem a opinião pública, entraram em greve de fome, destacando que tal fato era de interesse e preocupação por parte das organizações de Direitos Humanos. A investida foi exitosa e os 33 presos políticos, que estavam no presídio de Ilha Grande, foram transferidos.

Pedretti destaca que algum tempo depois, um novo documento foi elaborado. Desta vez, organizado por presos comuns, enquadrados também na lei de segurança nacional, com a diferença de não serem “presos políticos”. Tensionavam a categoria de “preso político” com ironia, ao se autodesignarem “presos de origem proletária”. A carta era assinada, dentre outros, por William da Silva Lima, que se tornaria um dos criadores do Comando Vermelho.

Diferentemente do apelo feito pelos “presos políticos”, os presos comuns não tiveram o seu pedido atendido. A tensão que se produziu a partir da ironia dos “presos de origem proletária”, evidencia o carácter sectário da categoria de vítima, conforme ela foi apropriada no Brasil. Seria esse um dos equívocos conceituais da luta pelos direitos humanos no Brasil? Por que, por exemplo, se abordou pouco até os dias de hoje o impacto mortífero da ditadura para os grupos minoritários? Teria a esquerda e o campo progressista se valido de uma espécie de dois pesos e duas medidas, se valendo do privilégio de raça e classe?

Embora seja importante considerar que a trajetória dos golpes militares tenha diversas especificidades, como nos demonstrou Pilar Calveiro em seu livro *Poder e desaparecimento* (2013) – no qual compara a organização do aparato repressivo no Brasil e na Argentina – a luta por memória, verdade e justiça estabeleceu um intercâmbio fundamental entre os diversos países do Cone Sul. Neste sentido, acompanhar os avanços que a Argentina teve ao longo das primeiras décadas do século XXI, com a condenação dos militares envolvidos em crimes de lesa humanidade, abre um precedente fundamental na luta dos países vizinhos, tanto do ponto de vista jurídico, com a possibilidade de reinterpretação das leis de anistia/pactos de silêncio, quanto pelos efeitos notáveis de tal condenação no social, que tornou possível o surgimento de novas vozes na luta por memória, verdade e justiça.

A seguir, no capítulo dois, analisaremos de forma mais detida a trajetória argentina, por seu protagonismo na luta pelos direitos humanos: da luta das mães e Avós da Praça de Maio, que reivindicaram localizar os filhos e netos sequestrados pelo Estado, aos “filhos

desobedientes”, familiares de genocidas que repudiaram os crimes cometidos por seus pais e engajaram-se na luta por verdade e justiça.

Capítulo 2: A luta pelos direitos humanos na Argentina

O tema dos direitos humanos tornou-se central no cenário político internacional após a Segunda Guerra Mundial, quando ficou evidente e alarmante o quanto a ciência e o desenvolvimento tecnológico podem participar de projetos de destruição em massa. Em resposta aos horrores produzidos ao longo deste período, diversos países se reuniram para a formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. Jelin (2017) sinaliza que, embora os países do Cone Sul tenham participado ativamente desse processo, o marco dos direitos humanos não conduziu a ações políticas concretas até os anos setenta. Foi nesta década que os direitos humanos foram tomados como um marco interpretativo fundamental, a partir do qual diversos atores políticos puderam fazer referência ao condenar e denunciar as inúmeras violações praticadas pelo Estado.

Na Argentina, algumas agrupações já se organizavam para denunciar as práticas repressivas e violência política perpetradas pelo Estado muito antes da década de setenta e da formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Em 1937, por iniciativa do Partido Comunista, criou-se a Liga Argentina pelos Direitos do Homem, em resposta à perseguição de militantes políticos, principalmente de esquerda, por parte do Estado. Nos anos cinquenta, criou-se o Serviço de Paz e Justiça (SERPAJ), dedicado a proteger os direitos dos grupos subalternos, especialmente as minorias étnicas e os indígenas (Jelin, 2017, p. 92).

Ainda antes do início do golpe argentino, no começo da década de setenta, a violência política intensificou-se, e o Estado recorria cada vez mais a práticas repressivas ilegais. Jelin (2017), no fio temporal que apresenta acerca do incremento da violência de Estado e da criação de organismos que lutam pela defesa dos direitos humanos, destaca o decreto presidencial secreto, que encomendou às Forças Armadas o aniquilamento da guerrilha – que se organizava em oposição a um Estado que evidenciava, cada vez mais, o seu contorno totalitário. A partir deste decreto, em fevereiro de 1975, novas modalidades repressivas foram incorporadas às práticas estatais. Dentre aquelas que já são conhecidas e comuns a outras ditaduras, como a tortura e o assassinato de militantes políticos, duas modalidades tornaram-se emblemáticas: o desaparecimento forçado de pessoas e o sequestro e a troca de identidades de bebês e crianças, filhos de militantes políticos, durante o cativeiro.

Neste mesmo ano, surge o primeiro organismo que leva em seu nome a bandeira dos direitos humanos, a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, dedicada a "promover a real vigência dos direitos humanos enunciados na Declaração Universal das Nações Unidas e

contribuir para colocar um fim no terrorismo de todo tipo" (Jelin, 2017, p. 93). A partir deste momento, o tema dos direitos humanos vai ganhando força, tornando-se central nas lutas políticas da Argentina e inspirando o surgimento de outras agrupações como o Movimento Ecumênico pelos Direitos Humanos - organizado pelas igrejas ligadas ao Conselho Mundial de Igrejas. Tal iniciativa, no entanto, embora estivesse ancorada na experiência prévia chilena, encontrou forte resistência por parte das instituições argentinas que destituíram o movimento, delegando à Caritas a observância quanto aos direitos humanos.

Na medida em que a violência de Estado se intensificava na Argentina, com o golpe claramente definido em 1976, foram surgindo novos atores denunciando as violações de direitos humanos: os afetados diretamente pela violência de Estado. Ao redor desses novos atores, foram-se criando organismos tais como as Mães e Avós da Praça de Maio, e os familiares de desaparecidos e presos por razões políticas. Os grupos que se formaram em defesa dos direitos humanos tinham como característica o fato de serem bastante heterogêneos, de modo que, no interior desses organismos, foram surgindo divergências quanto aos modos de atuação e orientação política de cada membro. Alguns, por exemplo, consideravam-se apolíticos. Estas divergências, num primeiro momento, não se tornaram impeditivas para a conformação dos grupos, na medida em que compartilhavam do engajamento nos principais eixos de luta: a denúncia pública das violações, buscando apoio internacional, e o acolhimento e solidariedade às vítimas e seus familiares.

Quanto aos modos de ação, Jelin (2017) demonstra que havia claras distinções. Alguns grupos, como, por exemplo, a Assembleia Permanente pelos Direitos Humanos, optaram por uma linha de ação legalista. A exemplo disto, não se afinaram com as denúncias que categorizavam os desaparecidos políticos como presos políticos, às reivindicações de "castigo a todos os culpados" e, ainda, à reivindicação de 'aparição com vida'. Vacilavam, sobretudo, quanto a atribuir categoricamente ao Estado a responsabilidade pelas violações.

O grupo dos afetados diretamente, por sua vez, baseava-se em outros princípios, que não o medo. Estavam focados em fazer ecoar os gritos que denunciavam as violações de direitos humanos, mesmo que isso implicasse em riscos pessoais. Esses grupos, afetados diretamente pela ditadura, foram o principal vetor na luta pelos direitos humanos e foram os principais agitadores deste campo.

O historiador argentino Ulises Gorini, em sua pesquisa que resultou no livro "*La Rebelión de las Madres*", apresenta a tese que atribui o surgimento das Mães, enquanto ator político, ao vazio de respostas deixado pelo Estado ditatorial frente aos questionamentos e

reivindicações acerca do fenômeno do desaparecimento. A ditadura eliminou todas as instâncias mediadoras que, num regime democrático, costumam gerir os anseios e questionamentos da população. Assim sendo, os familiares teriam sido obrigados a encontrar suas próprias respostas (Gorini, 2017).

2.1. Madres y Abuelas de Plaza de Mayo

Considerando o vácuo de resposta por parte do Estado, em 30 de abril de 1977, as mães de desaparecidos políticos abandonaram a busca individual por informações e respostas de cada filho(a) e sustentaram, pela primeira vez, uma reivindicação coletiva – extrapolando as reivindicações pautadas nos laços de consanguinidade e fundando uma ação ético-política. Diante do estado de sítio, decretado pela ditadura, puseram-se a marchar em duplas, de modo que aquele conjunto de mulheres não configurasse uma reunião em espaço público – o que estava terminantemente proibido pela ditadura. A marcha, a ocupação do espaço público e, posteriormente, o pañuelo/pañal branco na cabeça, fazendo alusão às fraldas de pano usadas pelos seus filhos quando bebês, tornou-se a principal ação estratégica e marca registrada das Mães da Praça de Maio – que se fazem presentes todas as quintas-feiras até os dias de hoje.

À luta das mães, somaram-se alguns meses depois as avós dos bebês sequestrados e apropriados pela ditadura argentina. Algumas das mães de desaparecidos são também avós de bebês sequestrados, de modo que, muitas vezes, as ações se sobrepõem. Porém, nem todas as mães de desaparecidos tiveram seus netos sequestrados, ou ainda, nem todas as avós têm filhos desaparecidos. Diante disto, viu-se a necessidade de criação de uma segunda frente de atuação, visando ações específicas e de modo a desenvolver outras tecnologias de luta. A primeira ação-denúncia foi listar em um documento todos os bebês que desapareceram com suas mães, para entregar ao secretário-geral dos Estados Unidos, durante visita à Argentina. Se as primeiras ações das Abuelas se configuravam em cartas e textos de denúncia, com a redemocratização, a luta pelo direito à identidade se tornou uma grande empreitada, incluindo, desde tecnologias de identificação de parentesco a partir do cruzamento de exames de DNA das avós com os netos, até uma ampla campanha, em outdoors e televisão, convocando todos aqueles que têm qualquer suspeita acerca de sua identidade a procurarem as avós da Praça de Maio, que estão organizadas em diversos postos de atendimentos espalhados pelo país. A pergunta disparadora, “você sabe quem é?” (vos sabés quién sos?), veiculada pela campanha das avós da Praça de Maio, interpela diretamente a geração que corresponde àquela dos bebês sequestrados. Diante da tentativa de

desarticulação do trabalho da Associação Civil Avós da Praça de Maio feita, tanto pela mídia hegemônica quanto pelo governo Menem, foi preciso inventar novas formas de atuação, o que produziu um “giro” na ação estratégica das Avós, ao passarem a se dirigir diretamente aos netos apropriados pelo Estado argentino.

As mães e avós da Praça de Maio, com sua presença-denúncia ocupando cotidianamente o espaço público, encontraram de formas muito engenhosas, ao longo dos anos, estratégias de atuação nas “brechas” do regime ditatorial. Quando passaram a se compreender no coletivo “Mães” ou “Avós”, não respondiam mais por lutas pessoais. Assim, toda vez que uma mãe era abordada pela polícia, todas apresentavam seus documentos, produzindo um desconcerto na abordagem policial, que precisaria analisar dezenas de documentos. O mesmo acontecia quando alguma delas era detida pela polícia. Neste caso, todas se apresentavam na delegacia. Ousaram também, desde a posição de mães, ou melhor, desde uma hierarquia geracional, a acusar os agentes da repressão de “malparidos”, “devem ter causado muitas dores às suas mães em seus respectivos partos”. Essa irreverência, somada à insistência na luta e à sagacidade que demonstraram nas diversas intervenções que fizeram ao longo dos anos, foram fundamentais no enfrentamento às políticas de esquecimento.

Na ocasião da visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), as mães e Avós da Praça de Maio conseguiram finalmente transmitir a gravidade das violações de direitos humanos que aconteciam na Argentina. Pouco tempo depois, em fevereiro de 1980, Hebe de Bonafini e María Adela Antokoletz viajaram à Genebra a convite da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, quando se discutia (e posteriormente se criou) a criação de um grupo de trabalho especial para tratar do tema dos desaparecidos (Gorini, 2017), dando um destaque que ainda não havia sido dado ao tema até então, no debate internacional acerca dos direitos humanos.

As presenças de Bonafini e Antokoletz nas Nações Unidas, somadas aos depoimentos de exilados argentinos que haviam sobrevivido aos campos de concentração da ditadura, criaram uma observância e uma solidariedade de diversos atores internacionais, o que contribuiu para um desgaste da imagem do governo das Juntas Militares. Somado a isso, fatores econômicos como o empobrecimento da classe média, o aumento da dívida externa, o salário real cada vez mais baixo e o aumento da pobreza foram determinantes para que, mesmo aqueles grupos econômicos que apoiaram a ditadura, desembarcassem do projeto. A mídia, que fora duramente perseguida durante os primeiros anos da ditadura, com diversos jornalistas dentre os desaparecidos, foi encontrando um contexto propício para voltar a noticiar a ditadura, sob

vigilância dos organismos internacionais. Contudo, a derrota argentina na Guerra das Malvinas foi o fator decisivo para desmoralizar de vez o governo das juntas militares, tornando a reabertura democrática um horizonte incontornável.

Desta forma, com a visibilidade que conquistaram com os organismos internacionais de direitos humanos, a partir da ida a Genebra; a retomada democrática e o julgamento das juntas militares foram permeados pelas presenças e denúncias das mães e Avós da Praça de Maio. Tal conjuntura contribuiu para a condenação dos governos militares de 1976 a 1983 e, principalmente, para o desenvolvimento de uma ampla consciência por diversos setores da sociedade acerca dos crimes cometidos pelo Estado argentino durante a ditadura.

Assim, a construção dessa consciência e a preservação dessas memórias da ditadura foram fundamentais para que a sociedade argentina pudesse atravessar as políticas de relativização e de negacionismo que vieram nos anos subsequentes, seja com a lei do ponto final, seja com o indulto dado pelo presidente Carlos Menem, aos civis e militares envolvidos em crimes durante a ditadura. Uma tentativa semelhante ao que representou para o Brasil a Anistia, enquanto equiparação dos crimes cometidos por civis e pelo Estado e, enquanto política de esquecimento.

2.2. H.I.J.O.S

Se, por um lado, os anos noventa foram marcados por essa conjuntura de relativização dos crimes cometidos pelos militares, por outro, a luta por memória, verdade e justiça ganhou novos atores, com a entrada em cena da segunda geração, composta pelos filhos dos militantes desaparecidos, ou mortos, na ditadura. Diante da ausência das figuras parentais, os militantes que sobreviveram à perseguição política passaram a reunir-se com os filhos dos desaparecidos, de modo a criar uma atmosfera de cuidado e de troca acerca da biografia desses atores, de construção de memórias, de composição de alguma imagem paterna – muitos desses Filhos tiveram pouca (ou nenhuma) convivência com seus pais. Além disso, um relato que costuma ser compartilhado pelos Filhos confidencia que havia uma dificuldade de expor socialmente a condição de ‘filho de desaparecido’ no cotidiano de suas vidas, seja no ambiente escolar ou comunitário.

Um dos aspectos pouco assumido das ditaduras latino-americanas foi o apoio de civis aos golpes militares. Neste sentido, expor a condição de ‘filho de desaparecido’ tornava-se difícil pelo aspecto imprevisível das reações sociais a esta revelação. O encontro com outros

sujeitos que compartilhavam desta mesma condição tornou-se um importante caminho de compartilhamento de experiências e de enfrentamento das marcas traumáticas. Em depoimento para a reportagem acerca da origem da agrupação H.I.J.O.S¹⁶, Paula Maroni definiu da seguinte maneira os efeitos deste coletivo: “Primeira vez em minha vida que me encontrava com muitos ‘irmãos’, onde pela primeira vez em minha vida não precisava explicar minha história, explicar o que sentia, nem explicar o que tinha vivido... esse era um chão comum a todos”.

Aos poucos, tais encontros promoveram também uma maior conscientização acerca do engajamento político de seus pais. Para muitos desses Filhos, isso se desdobrou num desejo de levar adiante o legado de luta, através do engajamento nas reivindicações por memória, verdade e justiça. Compuseram com as letras que compõem a palavra H.I.J.O.S. suas principais bandeiras de luta: Hijos e hijas por la Identidad y la Justicia contra el Olvido y el Silencio¹⁷.

A ação política que se destacou na atuação dos Hijos foram os “Escraches”, que consistem em localizar a residência dos envolvidos nos crimes de lesa humanidade e produzir uma intervenção no local com megafones, tintas que reproduzem o sangue das vítimas, grafites e etc. Diante do cenário político em que a retomada dos julgamentos estava fora de cogitação, os Hijos buscavam produzir um efeito de condenação social: “si no hay justicia, hay escrache”. Assim, aqueles que violaram os direitos humanos e que vivem no anonimato em um determinado bairro seriam denunciados em suas respectivas vizinhanças ou em seus respectivos locais de trabalho. Esperava-se com isso restringir o trânsito desses sujeitos pelo social, transformando o bairro, ou a casa, em um cárcere. Os escraches ainda teriam produzido um tipo de perturbação nas vizinhanças que teria outro desdobramento: a aversão a ter um vizinho condenado ou acusado de genocídio.

Se as Mães e Avós da Praça de Maio agiram durante muito tempo com certa discrição, buscando os momentos estratégicos para veicularem suas narrativas de denúncia, a atuação dos Hijos, na década seguinte à retomada democrática, quase 20 anos após o surgimento das Madres, se caracterizou por uma postura mais combativa. Essa forma de participação conferiu também às marchas do dia 24 de março, em memória do golpe militar, um caráter mais festivo, engrossando e renovando o caldo da luta por memória, verdade e justiça em uma década de estagnação no campo jurídico.

¹⁶ Disponível no Youtube no canal do Espacio Memoria y Derechos Humanos através do link [espaciomemoria - YouTube](#).

¹⁷ Filhos e filhas pela Identidade e a Justiça, contra o Esquecimento e o Silêncio.

2.3. A virada do século e a retomada dos julgamentos

A década seguinte, por sua vez, trouxe novos capítulos com a chegada de Néstor Kirchner à presidência da república. Um de seus atos inaugurais, de um enorme impacto simbólico, foi a retirada das fotos dos militares que governaram o país das paredes do palácio presidencial. Coerente com este gesto simbólico inaugural, Néstor propôs a revisão das leis do ponto final e de obediência devida, que anistiaram os militares no final dos anos 80. A partir da pressão dos movimentos sociais, o Senado aprovou a revogação de tais leis, abrindo caminho para a retomada dos julgamentos penais públicos dos militares envolvidos nos crimes de lesa humanidade. Tais julgamentos penais culminaram com a condenação de dezenas de militares e fizeram ecoar novamente os horrores da ditadura para uma geração que nasceu durante esta, ou após a redemocratização, e que, portanto, tinha um repertório restrito para a compreensão deste período da história da Argentina.

Diante dessas narrativas-depoimentos e da reabertura dessa ferida traumática, alguns filhos e filhas de genocidas puderam encontrar novos referenciais a partir dos quais puderam revisitar suas memórias e ressignificar eventos e, por vezes, dar lugar a inquietações antigas, mantidas em silêncio, acerca da atuação de seus pais ao longo do regime militar, precisamente como aponta Peller (2021), “(...) em um contexto global em que a direita ganhou força, começaram a surgir novas vozes que mostram outras visões transgeracionais sobre as ditaduras da região” (Peller, 2021 p. 3).

A entrada em cena deste novo ator político “filho de repressor”, “familiar de genocida”, “filho desobediente”, algumas das nomenclaturas que foram adotadas, marca um capítulo inédito na luta por memória, verdade e justiça. Até então, esta luta se marcava pelo empenho das vítimas de que suas experiências pudessem ser reconhecidas pelo Estado, no âmbito das violações de direitos humanos. A luta tomou outra proporção com a entrada dos filhos de genocidas pela ampliação de sua penetração no tecido social.

Um dos primeiros desdobramentos inéditos da retomada dos juízos penais por Néstor Kirchner, foi o apelo à justiça de Rita Vagliatti, no ano de 2004, reivindicando trocar o seu sobrenome, retirando o sobrenome paterno. Rita é filha, ou “ex-filha”, como se autodenomina, de Valentín Milton Pretti, comissário da polícia de Buenos Aires, tendo chefiado, ao longo da ditadura (1976-1983), diversos centros clandestinos, onde se praticava a tortura, o assassinato e o desaparecimento de opositores do regime. Embora seu pai tenha sido preso em 1986, como uma consequência do juízo das juntas militares, fora beneficiado anos depois pelas Leis do

“Ponto Final” e da “Obediência Devida” e, finalmente, pelos indultos dados pelo presidente Menem no governo seguinte.

O direito à identidade é uma conquista importante da sociedade argentina, fruto, sobretudo, da militância e das buscas das Avós da Praça de Maio pelos bebês desaparecidos, apropriados pelo Estado ao longo da ditadura militar. Em 2001, o Senado e a Câmara dos Deputados sancionaram a Lei 25.457, que conformou a Comissão Nacional pelo Direito à Identidade ligada ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. No texto da Lei, no artigo primeiro, constam como diretrizes da Comissão: impulsionar a busca de filhos e filhas de desaparecidos e de pessoas nascidas durante o cativeiro de suas mães com o intuito de determinar seu paradeiro e identidade; e, intervir em toda e qualquer situação em que se observe lesado o direito a identidade de um menor. A conformação da Comissão conta, dentre os seis membros, com duas representantes das Avós da Praça de Maio.

O amplo debate acerca do direito a identidade que ganhou espaço na sociedade argentina com a gradual localização e restituição de identidade de sujeitos que, quando bebês, foram apropriados pelo Estado e entregues a famílias afinadas com o projeto dos militares, foi o que tornou possível que novos atores pudessem reivindicar judicialmente este direito. Rita Vagliatti teve a sua reivindicação aceita. Seu apelo se sustentou nos seguintes argumentos:

Soy la hija de un torturador y por eso quiero cambiarme el apellido (...) Quiero terminar con este linaje de muerte. Y no acepto ser la heredera de todo este horror. Los apellidos son símbolos y el mio es muy oscuro, lleno de sangre y de dolor. Tomar esta decisión me sirvió mucho, hizo que desbloqueara miedos y angustias que guardo desde hace mucho tiempo y tiene que ver con toda mi historia familiar. Pienso que así, como en mi caso, puede haber muchos hombres y mujeres en esta situación. Jóvenes. Hijos de personeros de la dictadura militar que podrían tomar esta posición, romper con el linaje del apellido, un estigma que se coagula detrás de las letras del nombre. Mi situación y mis vivencias me hacen pertenecer a una comunidad de militantes que luchan cotidianamente por cambiar este mundo injusto y bárbaro (...) mi planteo no es sólo jurídico sino político, en tanto afirmo que no quiero pertenecer al mundo de mi padre y de tantos otros como él. Quiero poder elegir y para eso siento que tengo la responsabilidad de desligarme de su mundo¹⁸ (Rita Vagliatti, em seu depoimento a justiça)¹⁹

¹⁸ Disponível no site do TecMe: [Genocidio y filiación. Hacerse un nombre frente a los legados sin ley – Territorios Clínicos de la Memoria. TeCMe \(tecmered.com\)](http://tecmered.com).

¹⁹ Sou a filha de um torturador e, por isso, quero mudar meu sobrenome. Quero terminar com essa linhagem de morte. E não aceito ser a herdeira de todo esse horror. Os sobrenomes são símbolos e o meu é muito obscuro, cheio de sangue e dor. Tomar essa decisão me ajudou muito, fez com que desbloqueasse medos e angústias que carrego há muito tempo e que tem a ver com minha história familiar. Penso que, assim como o meu caso, devem existir muitos homens e mulheres na mesma situação. Jovens. Filhos de agentes da ditadura militar que poderiam se posicionar da mesma maneira, rompendo com a linhagem do sobrenome. Um estigma que se coagula por detrás do nome. Minha situação e minhas vivências me fazem pertencer a uma comunidade de militantes que lutam cotidianamente para mudar esse mundo injusto e bárbaro (...) minha reivindicação não é somente jurídica, senão política. Afirmo que não quero fazer parte de um mundo como o do meu pai e de tantos outros como ele. Quero poder escolher e, para isso, sinto que tenho a responsabilidade de me desligar de seu mundo (tradução direta).

Aproximadamente dez anos depois do processo de Rita, Mariana Dopazo, filha de Miguel Etchecolatz, condenado também por sua atuação como chefe de investigações da polícia de Buenos Aires ao longo da ditadura, fez o mesmo apelo à justiça. Além de coordenar 21 centros clandestinos de detenção, Etchecolatz foi o responsável pelo sequestro, tortura e assassinato de um grupo de estudantes secundaristas que reivindicavam um passe-livre estudantil para os transportes públicos. Tal episódio foi um dos que tiveram maior repercussão ao longo da ditadura e ficou conhecido como a “noite dos lápis”.

Embora tenham sido processos que foram vividos, num primeiro momento, na esfera íntima, em 2017, ambas decidiram publicizar suas trajetórias, diante das articulações negacionistas por parte do Estado argentino ao longo do governo Macri. Veremos isto de forma mais detalhada um pouco mais adiante. A seguir, nos debruçaremos sobre um fragmento do argumento que concedeu a Mariana Dopazo a retirada do sobrenome paterno:

También se consideran “justos motivos” el cambio de prenombre por razón de identidad de género o víctimas de desaparición forzada, apropiación ilegal entre otros supuestos que referencia la propia norma. Entonces, tanto el prenombre como el apellido de una persona si bien tienen un carácter definitivo, solo procede su cambio si, a criterio del juez, concurren justos motivos, por lo cual dicha característica no es absoluta, lo cual autoriza a flexibilizar la cuestión, por ello la referida inmutabilidad no debe entenderse como el valor rígido que aparenta. En este particular supuesto la peticionante basa su reclamo en dos circunstancias fundamentales. La primera de ellas es la situación judicial del padre biológico cuyo apellido está asociado al horror, a lo siniestro y a la muerte, por los hechos protagonizados en la última dictadura militar, todo lo cual debió sobrellevar con angustia y quebrantos a lo largo de su vida. El otro fundamento se basa en la inexistencia de vínculo afectuoso del padre hacia ella quien siempre mostró un absoluto descuido y desinterés por su persona (Fragmento da defesa de Mariana)²⁰.

Mariana, que é psicanalista, atua numa rede que articula o tema da subjetividade e da violação dos direitos humanos, chamada ‘Territorios Clínicos de la Memoria’ (TeCMe). Publicizou sua trajetória em uma mesa compartilhada com Rita Vagliatti em um evento organizado pelo TeCMe, na presença de psicanalistas e pessoas ligadas ao campo do Direito. Tanto do ponto de vista do campo do Direito, quanto do ponto de vista psicanalítico, alguns

²⁰ Também se consideram justos motivos a mudança de sobrenome em razão de identidade de gênero ou vítimas de desaparecimento forçado, apropriação ilegal, dentre outros supostos em referência a própria norma. Então, tanto o sobrenome, quanto o nome de uma pessoa, se tem um caráter definitivo, só procede a sua mudança se, a critério do juiz, concorrem justos motivos, para a qual tal característica não é absoluta, o que autoriza flexibilizar a questão. Por isso a inmutabilidade não deve ser entendida com o valor rígido que aparenta. Nesse particular suposto, a peticionante fundamenta sua reivindicação em duas circunstâncias fundamentais. A primeira delas, é a situação judicial de seu pai, cujo sobrenome está associado ao horror, ao sinistro e à morte, pelos fatos protagonizados na última ditadura militar, o que lhe causou angústia e prejuízos ao longo de sua vida. O outro fundamento se sustenta pela inexistência de um vínculo afetivo de seu pai, para com ela, sempre demonstrando um absoluto descuido e desinteresse por sua pessoa.

aspectos inéditos vão sendo colocados na cena pública. O que pode representar psiquicamente a retirada do sobrenome paterno, como se articula a questão da Lei? Diante dos questionamentos que foram surgindo, Mariana sustenta como principal argumento que, durante décadas, aproximadamente 30 anos, teve o seu psiquismo hipotecado²¹ com o tema da atuação de seu pai, que, por seu amplo protagonismo ao longo da ditadura, e pela centralidade deste tema na sociedade argentina, passava por situações de vergonha e imenso constrangimento, quando seu sobrenome era evocado, por exemplo, no ambiente escolar.

Assim como Rita e Mariana, Analía Kalinec também conviveu com o tema do genocídio no interior de sua família. Embora seu pai só tenha sido condenado com a retomada dos julgamentos ao longo do governo de Néstor Kirchner, Analía viveu um longo processo até compreender, a partir do depoimento das vítimas no julgamento de seu pai, que de fato ele foi o responsável por todos aqueles crimes - apesar de seu pai sustentar que estava preso injustamente. Diferentemente de Rita e Mariana, Analía cresceu com a figura de um pai amoroso no ambiente familiar, daí a dificuldade de compreender que tanto os depoimentos, quanto suas memórias familiares, se referiam a uma mesma pessoa.

Em depoimento publicado no livro *Escritos desobedientes* (2018), fica evidente a relação entre a revisão dos marcos jurídicos e as condenações que se desdobraram a partir dos juízos públicos, e o surgimento destas novas vozes. A consciência social que se construiu na Argentina durante todo esse período que citamos na introdução deste capítulo, permitiu aos ‘filhos desobedientes’ uma compreensão acerca da gravidade dos crimes cometidos, de tal modo que isto pôde penetrar no ambiente endogâmico e fechado dessas famílias, fazendo com que os filhos começassem a interrogar seus pais.

Os juízos e, sobretudo, os testemunhos das vítimas, possibilitaram uma expansão do que a socióloga argentina, Elizabeth Jelin²² chamou de “marcos interpretativos culturalmente disponíveis”, que seria o repertório simbólico que cada sujeito dispõe para dar sentido e interpretar os acontecimentos. Em seu depoimento, presente no livro citado acima, Analía Kalinec, uma das principais vozes dentre os “filhos de repressores”, ou “filhos desobedientes”, como muitos passaram a se autodenominar, enfatiza o fato de sua criação ter se passado em um ambiente endógeno. A ativista conta que o lazer de sua família se dava no clube dos policiais e que mesmo os churrascos de sua família tinham a companhia dos colegas de seu pai, não

²¹A transcrição deste evento encontra-se disponível no site do TeCMe, através do link [Genocidio y filiación. Hacerse un nombre frente a los legados sin ley – Territorios Clínicos de la Memoria. TeCMe \(tecmered.com\)](#) Está disponível também no Youtube.

²²A socióloga abordou este tema em seu livro *Los trabajos de la memoria*, publicado em 2001.

havendo muito espaço para o encontro com uma narrativa outra, estrangeira ao que era familiarmente narrado. Analía é filha de Eduardo Kalinec, ex-policial que atuou durante a ditadura, tendo sido citado no depoimento de 181 vítimas. Os depoimentos das vítimas durante os juízos penais públicos foram fundamentais para que ela pudesse reinterpretar o seu passado, revisitar as suas memórias e assumir uma posição. Se, por um lado estamos submetidos numa ordem familiar ocidental a um mandato social e religioso de ‘honrar ao pai’ e de coesão familiar, por outro, construiu-se na Argentina um dever de repudiar os crimes de lesa-humanidade.

Na medida em que essas narrativas de “filhos de genocidas” foram sendo publicizadas, houve um gradual encorajamento para que outros sujeitos com trajetórias semelhantes pudessem começar a assumir também um posicionamento ético frente a história de seus pais. O termo “filho desobediente” foi sendo elaborado como um resultado das interações que foram se estabelecendo.

2.4. 2x1 e a conformação do Coletivo Histórias Desobedientes

O evento decisivo, que provocou a ida à público dos “filhos desobedientes” se deu ao longo do governo Macri, período em que uma série de ações presidenciais demonstraram uma relativização acerca dos horrores da ditadura. Em 2017, no segundo ano de seu governo, por exemplo, Macri estava fora do país durante o 24 de março, data em que se rememora o golpe militar e que se reafirma o “Nunca Más”, em uma agenda extraoficial. No mesmo ano, a Suprema Corte argentina votou a possibilidade de aplicação de uma Lei que existiu na Argentina entre 1994 e 2001, visando a redução da população carcerária (e que já havia sido revogada), aos genocidas condenados por crimes de lesa humanidade. Isto, que como veremos mais adiante, incide como uma tentativa de desmentir toda a construção feita a partir dos eixos memória, verdade e justiça. No entanto, encontrou uma resistência em amplos setores da sociedade argentina.

Inúmeras manifestações se espalharam pelo país, contrárias ao “Fallo judicial 2x1”, ou Lei 24.390, que previa que cada ano cumprido dentro da prisão valeria por dois, reduzindo assim, pela metade, a pena dos condenados por crimes de lesa humanidade. Se tal lei tivesse sido aprovada, muitos dos genocidas voltariam a viver em sociedade. Este foi o principal ponto de inflexão que levou a sociedade argentina a uma manifestação histórica.

Nesta ocasião, embora em pequeno número, filhos e filhas de genocidas marcharam, pela primeira vez ao lado de diversos outros coletivos engajados na luta por direitos humanos.

Essa primeira manifestação pública do coletivo, que se automeou “Histórias Desobedientes”, foi o desdobramento de um longo processo de revisão das memórias de cada um e da compreensão de que essas memórias íntimas, pessoais, têm uma enorme importância política. As narrativas publicizadas dos “filhos desobedientes” permitem uma maior compreensão acerca de como se transmite o negacionismo, os discursos de ódio, o genocídio no interior dessas famílias, como operam os mandatos familiares. Ou, ainda, como se formam os círculos endogâmicos entre as forças armadas e forças de segurança e as famílias dos oficiais que as integram. Lilian Furió, integrante do coletivo, descreve da seguinte maneira o ambiente de sua criação:

[...] quando vos te crias en cuarteles, vivís en un gueto [...]. Yo no empecé saliendo del clóset desde la adolescencia porque además yo vivía en un entorno absolutamente castrense. Me crie en barrios militares, yendo a la escuela con amigos y amigas que eran todos hijos de militares, entonces terminé siguiendo mandatos. Me casé a los 19 años pensando que hacía un acto de rebeldía, cuando en realidad era un pasaje a la dependencia. Después de once años de matrimonio y tres bellas hijas, me asumo lesbiana y me separo. Me hago cargo de lo que siempre fui. (Furió, 2018)²³

Ainda nesse fio das memórias íntimas do ambiente familiar dos agentes da ditadura, Verônica Stay Estange, militante chilena do coletivo Histórias Desobedientes, durante uma mesa virtual que se desdobrou a partir desta pesquisa em parceria com o Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos, articulou o horror do genocídio ao cotidiano desses indivíduos que sustentavam essas práticas mortíferas, superando a habitual clivagem que separa essas duas versões de um mesmo sujeito:

O horror não é um conceito abstrato, o horror se levanta pela manhã, faz a barba, escova os dentes, coloca seu uniforme militar (ou de civil, quando sai para fazer um trabalho de inteligência). O horror põe as botas, os sapatos. Retorna para casa à noite, cumprimenta sua esposa, seus filhos, senta à mesa, dá um beijo nos filhos antes de se deitar, retira as botas, coloca um pijama, se põe a dormir. O horror tem um corpo e uma forma de andar e de olhar, uma maneira de falar e de calar-se também. E o horror tem um rosto, tem um nome e um sobrenome. Nós um dia descobrimos que esse rosto, esse nome, e esse sobrenome era de nossos pais, nossos tios, nossos familiares. E esse sobrenome era o nosso também²⁴

²³Quando você é criado em quartéis, vive em um gueto. Eu comeci a “sair do armário” na adolescência, por que eu vivia em um entorno absolutamente castrense. Me criei em bairros militares, indo à escola com amigas e amigos que eram todos filhos de militares, então terminei seguindo mandatos. Me casei aos 19 anos pensando que fazia um ato de rebeldia, quando, na verdade, era um caminho para a dependência. Depois de onze anos de casamento, e três belas filhas, me assumo lésbica e me separo. Assumo o que sempre fui.

²⁴Disponível no Youtube no canal do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP): [Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos - YouTube](#)

Além do compromisso com a publicização de suas memórias, da conformação de um coletivo e da participação nas marchas que lutam por memória verdade e justiça, uma das primeiras ações estratégicas do coletivo Histórias Desobedientes foi a reivindicação ao direito de depor judicialmente contra seus pais. Tal direito é negado pelo Código processual penal argentino nos artigos 178 e 242, que impedem que uma pessoa denuncie e testemunhe contra um parente direto, exceto se essa for a vítima direta do delito. Para tal, o coletivo encaminhou ao congresso um Projeto de Lei para reformar o Código processual penal, de modo a reverter este impedimento. “Muitos dos integrantes do coletivo Histórias Desobedientes receberam relatos dos delitos cometidos por seus pais de forma direta, como confissões” (Lilian Furió, em depoimento para o jornal, página 12).

Na medida em que os “filhos de repressores” constituem um coletivo e entram na cena pública com um compromisso e uma clareza acerca de como podem contribuir com a luta por memória, verdade e justiça, algo de inédito se configura no campo dos direitos humanos. Relatos sobre a intimidade dos genocidas encontram paralelos em algumas publicações de descendentes de nazistas alemães, tais como os livros “My father’s keeper: children of nazi Leaders - an intimate history of damage and denial” (Lebert, 2001) e “The mark of caine: guilty and denial in the post-war lives of nazi perpetrators” (Kellenbach, 2013). Embora existam esses paralelos - alguns deles são contemporâneos aos relatos que foram sendo tornados públicos por “filhos de repressores” argentinos -, tais iniciativas não produziram, até o momento, um engajamento coletivo. Ademais, há que se considerar a distância temporal do Holocausto e da Segunda Guerra Mundial. As ditaduras latino-americanas, por sua vez, são eventos muito mais recentes e ainda há a possibilidade de se intervir e de contribuir com o esclarecimento dos fatos ocorridos e com as reivindicações por justiça.

A psicanalista argentina, Fabiana Rousseaux, membra dos Territorios Clínicos de la Memoria, articula a irrupção na cena pública dos filhos de genocidas como uma resposta contundente às políticas negacionistas do governo Macri. Destaca a força desta palavra enunciada pelos filhos daqueles que se beneficiariam de uma redução da pena, em uma articulação jurídica que relativiza os crimes cometidos, nivelando-os aos crimes comuns. A definição do significante filhos-de-genocidas, produz um vetor de resposta à altura, sustentado por aqueles que se anunciam como íntimos e estrangeiros aos genocidas. Íntimos na medida em que são filhos e cresceram, a maioria, em contato direto com seus pais-genocidas e, estrangeiros, na medida em que atravessados por um posicionamento ético, condenam a prática dos seus pais.

A partir del impacto del fallo del “2x1”, irrumpió en el espacio social un tema de gran magnitud – creo sin precedentes a nivel mundial –: la presencia pública de hijos e hijas de genocidas (como hasta ahora ellos se han denominado) frente a un Estado que impulsa no solo una lógica negacionista respecto de los crímenes de la dictadura sino también lo que yo prefiero llamar “una política de profanación de la memoria”. Que a esta política del nuevo gobierno se le contraponga, ni más ni menos, la palabra de los hijos de los genocidas denunciando que se trató justamente de genocidas y no de otra cosa, es un hecho que merece ser pensado, pero no de cualquier manera. Merece ser pensado con la seriedad que eso requiere, no que produzcan efectos de lógicas binarias y antinómicas, sino que podamos someternos todos socialmente a producir con ese “nuevo significante” algo que tenga más que ver con la construcción de las políticas de memoria, verdad y justicia en este país²⁵. (Rousseaux, 2017)

Embora tenham comparecido às ruas de forma coletiva, nem todos se engajaram no coletivo Histórias Desobedientes. Os arranjos que cada um fez com a condição inicial de ser um filho de genocida foram os mais variados. Desde aqueles como Mariana e Rita, que se consideram “ex-filhos de repressores”, até aqueles que organizaram a vida ao redor da militância por memória, verdade e justiça. Um ponto em comum que foi superado com o “Fallo judicial 2x1” foi o embaraço de participar de uma manifestação pública. A injunção colocada, a presença de outros sujeitos na mesma condição e a publicização da trajetória familiar e do posicionamento ético de repúdio aos crimes cometidos por seus pais foi a condição de possibilidade para que esse novo ator político pudesse vir à cena pública.

Me llevó el cuerpo y me llevó ese cambio subjetivo. Lo pude hacer después de haberme cambiado el apellido. Era una gran preocupación que me hizo vacilar muchas veces en los inicios. Un intento de emparejamiento de ex hijas y ex hijos de genocidas con víctimas. Eso fue algo que me desveló desde el principio. Una cuestión muy sensible para las víctimas, la gran preocupación para mí era esa. Y después se me arma la respuesta, que es lo que me tranquiliza. No somos víctimas. Somos desobedientes. O sea, hemos desobedecido un mandato absolutamente potente, patriarcal y jerarquizado. Hemos roto, hemos desobedecido esa norma. Y no sólo hemos desobedecido sino que además los hemos expulsado de una función que nunca han habitado. Porque han habitado el horror. Yo no me siento una víctima. Nunca mesentí así. No, no... eso me quemaba la cabeza²⁶ (Mariana Dopazo, em entrevista parao jornal Pagina 12, 6 de julho de 2020)

²⁵A partir do impacto da decisão judicial de 2x1, irrompeu na cena pública um tema de grande magnitude – creio que sem precedentes a nível mundial -: a presença pública de filhos e filhas de genocidas (como até agora eles têm se nomeado) frente a um Estado que impulsiona não só uma lógica negacionista à respeito dos crimes da ditadura, senão, também, o que prefiro chamar de uma “política de profanação da memória”. Que a essa política do novo governo se contraponha, nem mais nem menos, que a palavra dos filhos de genocidas, denunciando que se tratou sim de genocídio, e não outra coisa, é um fato que merece ser pensado, mas não de qualquer maneira. Merece ser pensado com a seriedade que isso requer, que não produzam efeitos de lógicas binárias ou antinômicas, senão que possamos nos submeter todos a produzir com esse “novo significante” algo que tenha a ver com as políticas de memória, verdade e justiça nesse país (tradução direta).

²⁶Me levou o corpo e me levou essa mudança subjetiva. O que pude fazer depois de ter mudado o meu sobrenome. Era uma grande preocupação que me fez vacilar muitas vezes no começo. Havia uma tendência a emparelhar ex-filhas e ex-filhos de genocidas com as vítimas. Isso foi algo que me deixou atenta desde o começo. Uma questão muito sensível para as vítimas. A grande preocupação para mim era essa. E depois me aparece a resposta: não somos vítimas, somos desobedientes. Ou seja, temos desobedecido um mandato familiar absolutamente potente, patriarcal e hierarquizado. Temos quebrado, desobedecido esta norma. E não só, temos desobedecido e, sobretudo,

Embora estejamos abordando nesta pesquisa o engajamento político na luta por memória verdade e justiça dos “filhos de repressores”, há, que se citar, por outro lado, uma iniciativa coletiva intitulada “filhos e netos de presos políticos”. Ao contrário do que se possa imaginar, o termo “presos políticos” não se refere àqueles que foram presos ao longo da ditadura, mas aos militares que foram julgados e condenados nos governos Alfonsín e de Néstor Kirchner, com a retomada democrática.

Badaró e Bruzzone (2014), em uma das primeiras publicações que interrogaram sobre a perspectiva dos “filhos de repressores”, sobre as marcas e convívio íntimo com os agentes da repressão, entrevistaram dois membros deste coletivo para um artigo publicado em formato de crônica na revista *Anfibia* (2014). O principal argumento sustentado pelos entrevistados é de que a pressão social sobre os julgamentos dos crimes da ditadura acabaria por gerar “erros processuais que violariam direitos e garantias constitucionais” (Badaró e Bruzzone, 2014). Os entrevistados dizem condenar os “monstros da ditadura”, como se referem aos militares que foram amplamente citados nos depoimentos, mas sustentam que seus pais tinham uma “baixa patente” e tiveram uma participação dentro da institucionalidade, seguindo ordens – fazendo referência a Lei da obediência devida. Badaró e Bruzzone concluem ao término da entrevista que os entrevistados sabem que suas militâncias estão repletas de ambivalências e do fato que o risco resultante dessas contradições reforça uma defesa dos genocidas. A exemplo, citam participação dos “filhos e netos de presos políticos” em manifestações onde também estão presentes pessoas que defendem irrestritamente a ação dos militares ao longo da ditadura.

O artigo pioneiro de Badaró e Bruzzone corrobora com o argumento de Rousseaux (2017) – que considera que o 2x1 operou como uma injunção à qual alguns filhos e filhas de genocidas responderam coletivamente. Na ocasião em que estavam realizando a pesquisa, publicada em 2014, encontravam muitas dificuldades em conseguir estabelecer um contato com alguém que se dispusesse a falar.

Las dificultades para encontrar a personas que quieran conversar sobre el tema se repiten. La gran mayoría de aquellos con los que entablamos algún contacto, además de pedir anonimato, no responden mensajes o faltan a las citas. Así, encontramos al hijo de un represor de La Plata que ya en una oportunidad hizo público su caso. Empezamos a intercambiar mails. Al principio, parecían fructíferos, pero pasaba el tiempo y todo se diluía, como si el hombre se hubiera arrepentido. Más tarde,

os temos expulsado da função que nunca habitaram. Porque habitaram o horror. Eu não me sinto uma vítima, nunca me senti assim. Não, não, isso me fitava a cabeça (tradução direta).

explicaría por qué: en aquella nota en la que contó su historia, no respetaron el anonimato. Publicaron el nombre real de su padre²⁷.

2.5. Histórias desobedientes Brasil

No desenrolar desta pesquisa, nas primeiras articulações que fizemos, encontramos características análogas às descritas por Badaró e Bruzzone ao tentar contato com membros do coletivo Histórias Desobedientes no Brasil. No contexto da ascensão do Bolsonarismo, um núcleo incipiente começou a se formar aqui no Brasil, culminando com a publicação de uma reportagem publicada na Revista Piauí²⁸. Após a publicação, seus membros passaram por algumas ameaças, reforçando uma atmosfera de medo e de isolamento. Tal cenário corrobora com a análise de Fabiana Roussaux, acerca da inflexão que representou o 2x1. A aplicação da Lei aos pais-genocidas, no contexto da revisão dos marcos jurídicos no governo de Néstor Kirchner, teve um efeito de alívio e proteção para os “filhos desobedientes”. As condenações que se sucederam abriram um campo, para que os questionamentos subsequentes pudessem emergir. No contexto brasileiro, onde esses marcos jurídicos não foram revisados e ainda permanece vigente a anistia – ampla e irrestrita –, há uma enorme limitação para o protagonismo deste ator político. Diante deste cenário e do recuo dado pelos membros do coletivo Histórias Desobedientes Brasil, fomos compreendendo a necessidade de buscar seus membros em um cenário de maior protagonismo – compreendendo o “movimento desobediente” como um só, apesar das especificidades de cada país.

2.6. Trauma histórico

A interação que se estabeleceu entre as diferentes vertentes da segunda-geração, composta por filhos e filhas das vítimas de violência de Estado e filhos e filhas dos genocidas, tem produzido um intercâmbio de memórias que produz um vaivém do íntimo (marcas psíquicas, afetos) ao público (depoimentos, trocas) e do público ao íntimo, possibilitando um trabalho a partir dessas marcas traumáticas. A entrada em cena de um ator político que não está

²⁷As dificuldades para encontrar pessoas que se disponham a falar sobre o tema se repetem. A grande maioria daqueles com quem conseguimos algum contato, além de pedirem anonimato, não respondem a mensagens ou faltam às datas marcadas. Assim encontramos um filho de repressor de La Plata, que, em uma oportunidade anterior, tornou público o seu caso. Começamos a trocar e-mails. No início pareciam frutíferos, mas passou um tempo e tudo se diluiu. Como se o rapaz tivesse se arrependido. Mais tarde explicaria o porquê. Naquela nota, em que contou sua história, não respeitaram o anonimato. Publicaram o nome real de seu pai.

²⁸Reportagem publicada na revista [“Meu pai foi agente da ditadura. Quero uma história diferente pra mim” \(uol.com.br\)](http://www.uol.com.br)

no lugar da vítima e tampouco do algoz, mas que se situa em um intervalo entre ambos, comprometido com a verdade, supera o vazio dialógico apontado por Jelin como uma das principais características do trauma histórico.

Estamos aquí frente a una de las paradojas del trauma histórico, que señala el doble hueco en la narrativa: la incapacidad o imposibilidad de construir una narrativa por el vacío dialógico – no hay sujeto y no hay oyente, no hay escucha –. Cuando se abre el camino al diálogo, quien habla y quien escucha comienzan a nombrar, a dar sentido, a construir memorias. Pero se necesitan ambos interactuando em um escenario compartido²⁹. (Jelin, 2001, p. 84).

Se os pais, enquanto agentes da repressão, silenciaram durante seus julgamentos e seguem se recusando a confessar onde estão os desaparecidos, os bebês sequestrados, os mortos da ditadura; seus filhos assumiram um compromisso com a verdade e repudiam os crimes cometidos. A vergonha que seus pais não sentiram recaiu sobre os filhos como um afeto íntimo, mas ao mesmo tempo estrangeiro, e, após a compreensão de que também esse afeto era um afeto político, puderam compreendê-lo como parte indispensável de uma tomada de consciência.

Tal presença na cena pública também opera como uma importante forma de reconhecimento da experiência traumática vivida pelos afetados diretamente pela violência de Estado. Numa perspectiva ferencziana do trauma, que compreende a instauração do traumático a partir de um descrédito acerca da experiência vivida, o reconhecimento dos herdeiros dos genocidas supera as tentativas do Estado de desmentir e relativizar a experiência traumática. Como vimos, ao longo dos anos, tanto no Brasil, quanto na Argentina, houve governos que disputaram frontalmente as narrativas acerca das ditaduras. A constituição de um coletivo, que se articula enquanto movimento social, composto pelos “filhos de repressores”, em apoio às vítimas, torna-se um vetor importante de enfrentamento das investidas negacionistas e cria, mesmo nos momentos adversos no campo das políticas públicas, condições para que essas marcas traumáticas possam ser trabalhadas. Ademais, embora enquanto movimento social não reivindicuem o lugar de vítimas, muitos dos filhos de genocidas viveram um cotidiano de violência e de repressão no interior de suas famílias. Quanto a isto, os relatos variam muito. Desde pais amorosos, que produzem uma clivagem entre a figura de pai e de repressor, até aqueles que se confundem com repressores e torturadores no interior de suas casas. Neste

²⁹Estamos aqui frente a um dos paradoxos do trauma histórico, que revela o duplo vazio na narrativa: a incapacidade, ou impossibilidade, de construir uma narrativa pelo vazio dialógico – não há sujeito e não há ouvinte, não há escuta -. Quando se abre o caminho para o diálogo, quem fala e quem escuta começam a nomear, a dar sentido, a construir memórias. Mas para isso, é necessário ambos interagindo em um cenário compartilhado (tradução direta).

segundo caso, principalmente, a experiência da violência foi vivida “na pele” por seus filhos. Reivindicar justiça, se tornou uma forma de barrar a atitude destrutiva, gozosa, no interior dessas famílias – que não cessou com o término da ditadura.

O fato de existirem experiências muito diversas no interior deste coletivo cria uma abertura para a contradição, que se soma também ao desconcerto de ser filho de um genocida e carregar, por vezes, boas recordações de infância e, ao mesmo tempo, lidar com a descoberta dos crimes de lesa humanidade. O único ponto de inflexão é o compromisso com a verdade, de modo que muitos dos filhos de repressores mantiveram contato com seus pais, seja visitando-os na cadeia, ou mesmo em suas casas, no caso daqueles que ainda não foram condenados. A ruptura com os pais, em geral, veio após a constatação de que eles não revelariam os segredos da ditadura. Esse parece ser um ponto de ruptura comum. Uma ruptura ética, já que isso não é uma exigência que viria de “fora para dentro”, partindo do coletivo. Essa abertura para a contradição, rara nos espaços de militância contemporâneos, se torna uma característica própria e permite um campo para uma negociação acerca dos afetos, das memórias, das singularidades de cada membro do coletivo.

2.7. A desobediência como estratégia política

As ações do coletivo Histórias Desobedientes, visam, em primeiro lugar, manifestar apoio e reverência à luta por memória, verdade e justiça, seja na figura das Avós e das Mães da Praça de Maio, dos Filhos de desaparecidos, ou dos Netos sequestrados. Em segundo lugar, tensionam e trabalham o conceito da desobediência em contraste com o princípio da obediência devida. Tal argumento, de respeito às hierarquias militares ou do departamento de polícia, tem sido o principal argumento em justificativa dos crimes de violação dos direitos humanos. Aqui evocamos o julgamento de Eichmann em Jerusalém, descrito por Hannah Arendt³⁰. Ali onde se esperava encontrar um monstro, um psicopata, se apresentou um funcionário padrão, justificando seus crimes por lealdade e respeito às hierarquias.

A desobediência de romper com os mandatos familiares de silêncio foi talvez um primeiro passo de confrontação acerca do argumento de respeito às hierarquias. O ato inaugural da desobediência, que criou as condições para que outros filhos de repressores pudessem também se inquietar, partiu de Analía Kalinec, ao contribuir com seu depoimento para o livro *Hijos de lo 70*, que fala sobre a geração que herdou a tragédia Argentina. O depoimento de

³⁰Eichmann em Jerusalém: A banalidade do mal (1999).

Analía foi o único de uma herdeira de um genocida. Todos os demais explanavam as angústias de uma vida convivendo com o desaparecimento, com a reconstrução de identidade, no caso daqueles que foram apropriados pela ditadura e puderam, posteriormente, recuperar suas identidades. Em suma, aqueles que foram afetados diretamente pela violência de Estado. A partir da publicação do livro em 2016, outros familiares de genocidas foram contactando Analía, culminando com a formação do coletivo em 2017.

Em 2019, um coletivo chileno começou a se organizar a partir do “Estallido Social” que irrompeu em outubro daquele ano. Na ocasião, produziram um manifesto, em parceria com o coletivo argentino, cujo título era: *Un llamado a la desobediencia*.

Queremos no sólo sumarnos a la exigencia de justicia social que ha llevado al pueblo de Chile a manifestarse con una fuerza inesperada, sino también, y sobre todo, interpelar a ciertos actores cuyo rol, potencialmente significativo, sin duda ellos mismos ignoran (...) de igual a igual, a los hijos, hijas y familiares del carabinero, del gendarme, del militar que ayer por la tarde u hoy por la mañana salió a la calle a golpear estudiantes; al joven que la semana pasada almorzó con su tío, poco antes de que este último fuera a lanzar gases lacrimógenos dentro del metro, dentro de los vagones mismos, para castigar las ‘evasiones’; a la hija de aquel que volvió a su casa después de haber descargado balas de goma sobre hombres, mujeres y niños que gritaban demasiado fuerte pidiendo condiciones de vida más dignas; al nieto del ‘superior’ que dio la orden de ataque o del funcionario que exigió ‘mano dura’ para mantener el orden público (...) la violencia de los últimos días trae a la memoria las reminiscencias de la época más sangrienta de la Historia de nuestro país”; y que el uso de términos como “toque de queda” y “estado de emergencia” no hacen otra cosa que reavivar “en nuestro imaginario colectivo las imágenes del golpe de Estado y de la dictadura, con su caga inherente de secuestros, torturas y desapariciones forzadas³¹ (Periodico Pagina 12, 24 de outubro de 2019).

Tal manifesto fora formulado na ocasião da ocupação massiva das ruas das principais cidades chilenas por manifestantes que reivindicavam melhores condições de vida e denunciavam, dentre outras coisas, a superação de uma agenda neoliberal, que se iniciara na ditadura chilena e acentuava, ao longo dos anos, a desigualdade social. Para tal, havia um forte clamor por uma nova constituinte. Um dos marcos dessas manifestações foi a renomeação de

³¹Queremos não só nos somar à exigência de justiça social que tem levado o povo do Chile a manifestar-se com uma força inesperada, senão também, e sobretudo, interpelar a certos atores sociais, cujo papel, potencialmente significativo, sem dúvida, eles próprios ignoram (...) de igual a igual, aos filhos, filhas e familiares de carabineiros, do policial, do militar que ontem saiu às ruas à tarde, ou hoje de manhã, a atingir (ferir) os estudantes; ao jovem que, na semana passada, almoçou com seu tio, pouco antes que este último fosse lançar gases lacrimogêneos dentro do metrô, dentro dos vagões, para castigar as “evasões”; à filha, daquele que voltou para casa depois de ter descarregado balas de borracha sobre homens, mulheres e crianças, que gritavam alto pedindo condições de vida mais dignas; ao neto do “superior”, que deu ordem para o ataque, ou o funcionário que exigiu que se “pesasse a mão”, para manter a ordem pública (...) a violência dos últimos dias traz à memória as reminiscências da época mais sangrenta da História de nosso país; e o uso de termos como, “toque de recolher” e “estado de de emergência”, não fazem outra coisa que reavivar em nosso imaginário as imagens do golpe de Estado e da ditadura, com sua carga, inerente, de sequestros, torturas e desaparecimento forçado (tradução direta).

uma das principais praças de Santiago, que antes homenageava um militar e que, a partir de sua ocupação cotidiana, passou a ser chamada de *Praça da Dignidade*. O manifesto em questão fora escrito em resposta à violenta repressão e perseguição policial que se deu sistematicamente contra os manifestantes e a articulava, de forma muito estreita, à violência de Estado vivida ao longo da ditadura.

Na ocasião da elaboração de uma nova Constituição, que se desdobrou quatro anos após o “Estallido”, o coletivo Histórias Desobedientes Chile apresentou um Projeto de Lei ao Senado que consistia em garantir um direito à desobediência³². Tensionando o princípio da obediência devida, o projeto de Lei assegurava que os soldados, os subordinados, tivessem o direito, e inclusive a obrigação, de desobedecer a ordens contrárias aos direitos humanos. Apesar do fracasso na sua votação, a oportunidade de levantar esse debate foi bem utilizada, nas brechas de uma nova Constituição.

2.8. As influências do movimento feminista

Tanto a desobediência, quanto a compreensão de que o “privado” é político, são utilizados por alguns autores para sustentar a influência do feminismo nas bases da constituição do coletivo Histórias Desobedientes. Nesta leitura, as mulheres, ao questionarem seus papéis sociais de “belas, recatadas e do lar”, romperam com a esfera da vida privada, ao explanarem no espaço público as relações de poder patriarcais, opressoras, no cotidiano de suas vidas, abrindo com isto um caminho para outros atores políticos. Para a socióloga Mariela Peller³³, as vozes ‘desobedientes’ não poderiam ter sido enunciadas, nem escutadas sem a presença do movimento feminista na cena pública, com os questionamentos levantados acerca da instituição familiar como espaço de felicidade e da naturalização patriarcal dos laços de sangue. No caso das “filhas desobedientes”, Peller destaca que não se trata de romper o silêncio ou adotar uma atitude desobediente no interior de uma família qualquer. No caso das famílias militares e policiais, as noções de “obediência” e “pacto de silêncio” possuem representações sociais específicas.

Podemos supor dois aspectos relevantes da “desobediência”. O primeiro tem relação com o potencial destabilizador da ordem familiar, entendendo-o como um dos pilares do poder militar. São comuns os relatos de uma clivagem entre as práticas militares e as práticas

³²Verônica Estay Stange abordou esse tema durante evento online, disponível no youtube do Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP).

³³Docente de Teoria Feminista e Estudos de Gênero na Universidade de Buenos Aires.

no interior das famílias. Ou, mesmo nos casos de pais que agiam como torturadores também no interior de suas famílias, pelo aspecto endógeno, essas famílias operavam uma blindagem, se articulando com os clubes militares e demais ambientes onde esses sujeitos transitavam sem que fossem interpelados de suas práticas. Uma instituição total privada, tal qual Goffman descreveu as instituições totais: locais aonde um determinado sujeito trabalha, mora, tem seus momentos de lazer e vive a totalidade de sua vida referida à lógica institucional. Neste sentido, a desobediência das filhas fura essa cripta trazendo as reivindicações públicas para dentro da vida privada. Esse parece ter sido um dos motes do manifesto produzido no Chile na ocasião do “Estallido Social”: desestabilizar a repressão no momento mesmo em que o aparato estava sendo executado, apelando e interpelando a vida pessoal de cada um desses agentes do Estado.

O segundo aspecto, com respeito à luta feminista, encontra-se uma forma de atingir o Poder, representado aqui na figura do pai-militar-violador dos direitos humanos. A canção-hino feminista criada no Chile em 2019 sob o título “um violador em seu caminho”, por exemplo, entoou os seguintes versos: ‘o Estado repressor é um macho violador’. Acabaria por se tornar um hino, percorrendo diversos países, veiculado a partir de intervenções no espaço público, que foram filmadas e postadas na Internet, produzindo uma “onda” intercontinental: Austrália, México, Canadá, França, dentre outros países. É também nesse reconhecimento das correlações de forças do Estado repressor com o machismo e o patriarcado que a desobediência das filhas e dos filhos incide. Alinhando-se com os movimentos progressistas contemporâneos, a segunda publicação do coletivo Histórias Desobedientes adotou o “x”, nas palavras que demarcariam o gênero da desobediência, tensionando o binarismo. Assim, o título da publicação ficou ‘Nosotrxs, hijxs desobedientes’. Tal fato corrobora com a leitura de Peller (2021), acerca da influência dos movimentos sociais progressistas contemporâneos na conformação do coletivo.

2.9. Uma ética da horizontalidade

O reconhecimento dos aspectos destrutivos de uma estrutura de Poder vertical e de uma ordem social hierarquizada, tornou-se um aspecto sensível na organização dos coletivos, da segunda geração, que lutam por memória, verdade e justiça. O princípio da horizontalidade se tornou um dos tensionamentos éticos mais importantes no cotidiano dessas organizações. Tanto o coletivo H.I.J.O.S., quanto o coletivo Histórias Desobedientes, pautam e deliberam suas ações a partir de assembleias às quais todos os membros são convocados. Do ponto de vista dos filhos desobedientes, duas formulações, que costumam ser entoadas em formato de jogral nas marchas

do 24 de março, nos permitem pensar essa horizontalidade: “A culpa não se herda, eu escolho os meus caminhos”, ou ainda, “não se escolhe onde nascer, mas sim se escolhe como se quer viver”. Ambas apontam que a origem não é um destino, que herdar algo, implica numa apropriação, um trabalho, de modo que se possa escolher o que levar adiante.

A propósito de seu trabalho clínico como psicanalista, Ferenczi introduziu uma proposta de manejo, ou mesmo de criação de um campo de trabalho, em que o psicanalista abre mão de suas certezas previamente estabelecidas para se comunicar com a “criança” de seu analisando, buscando uma horizontalidade e criando, a partir dela, uma comunidade de destino. Esta se funda a partir da vulnerabilidade compartilhada entre analista e analisando (Gondar, 2012). Tal forma de laço social encontra ecos no compromisso estabelecido pelos desobedientes - a criação de um ambiente de amparo e acolhida - para dar conta dos inúmeros esfacelamentos produzidos por uma cultura familiar genocida. Gondar, uma das representantes da ética ferencziana no Brasil, recorre às ciências sociais para caracterizar essa forma de laço social:

A noção de comunidade de destino é proveniente das ciências sociais e se opõe a ideia de comunidade de origem. Enquanto esta última se sustenta nos laços de sangue, laços dados de uma vez por todas, a comunidade de destino se refere ao fato que um determinado grupo de pessoas pode reunir-se, sem lideranças ou certezas prévias, para discutir ou construir seu próprio destino (Bosi, 1995 in Gondar, 2012).

A força que se criou a partir desses laços horizontais entre os membros do coletivo Histórias Desobedientes tem produzido efeitos importantes nos mais variados “entornos” por onde seus membros passam. Analía e Verônica relataram recentemente³⁴ a participação em um evento sobre direitos humanos em Berlim, na Alemanha. Na ocasião, ao apresentarem suas trajetórias de vida, Analía, como filha de um dos principais arquitetos do genocídio argentino e Verônica, como sobrinha de um genocida chileno, outras sete pessoas assumiram publicamente, pela primeira vez, serem descendentes de nazis. A presença de um coletivo que vem trabalhando e amadurecendo um posicionamento e uma forma de participação política desde o lugar do vínculo familiar com um genocida, tem produzido um efeito aglutinador. É comum que se narre o encontro pela primeira vez entre os filhos desobedientes da seguinte maneira: “É como se estivéssemos nos procurando, ainda sem ter a clareza desta busca”.

Este aspecto aglutinador, ou esse anseio por sair do isolamento produzido pela vergonha, tem sido o responsável pela rápida criação de núcleos desobedientes, ou cooperações, em diversas partes do mundo: Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai, Espanha, Alemanha, Brasil.

³⁴Durante a roda de conversa virtual promovida a partir desta pesquisa em parceria com o Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEB-Rio).

Capítulo 3 – O legado transgeracional do genocídio

Abordamos até aqui, ao longo desta dissertação, as inúmeras estratégias coletivas inventadas para fazer frente às políticas de esquecimento e permitir a construção de caminhos para a elaboração das experiências traumáticas, para a emergência de narrativas/construção de memórias, para a luta por verdade e justiça. Uma das questões norteadoras desta pesquisa foi pensar como pode a psicanálise contribuir para um trabalho nos contextos de traumas coletivos? Um processo de análise de um determinado sujeito atravessado por uma experiência de tortura, ou de desaparecimento de um familiar, certamente poderia encontrar benefício no setting tradicional da psicanálise, mas seria possível pensar em outros tipos de participação e de engajamento político? Como pode um analista atuar diante das grandes catástrofes: o Holocausto, as ditaduras latino-americanas, o genocídio da população negra e periférica no Brasil, dentre outros?

A compreensão de que nestes casos a saída coletiva oferece um repertório, uma ampliação dos marcos interpretativos disponíveis por um determinado sujeito ou cultura, foi um dos motivos de termos começado este trabalho descrevendo e analisando a luta por memória, verdade e justiça na Argentina – que sem dúvidas tem um protagonismo sem igual tanto na luta pelos direitos humanos, quanto no campo dos estudos sociológicos, jurídicos, psicanalíticos, acerca dos crimes de lesa humanidade. A seguir, ao longo deste capítulo, vamos tentar abordar algumas questões levantadas pela entrada em cena deste novo ator político, “filho de genocida”, num diálogo com a obra freudiana, em particular com o tema da herança e da memória. Para evitar um devaneio teórico, vamos incluir nesta articulação alguns fragmentos de duas entrevistas que realizei no decorrer desta pesquisa, buscando abordar os caminhos e descaminhos de trabalho que esses sujeitos encontraram para lidar com a herança de um pai genocida. As entrevistas foram realizadas durante o Fórum Mundial de Direitos Humanos, que ocorreu em março deste ano, na cidade de Buenos Aires.

3.1. Memória e herança na obra freudiana

A ideia de um trauma coletivo é esboçada por Freud em seu último trabalho publicado, a saber, Moisés e o monoteísmo (1938). Neste trabalho, Freud se debruçou, já ao final de sua vida,³⁵ acerca da ascensão do totalitarismo na Europa, que o levou a se exilar na Inglaterra pelo

³⁵Freud morreu um ano depois, em 1939, de um câncer de mandíbula que o fez se submeter a inúmeras cirurgias.

fato de ser judeu. O exílio foi condição para que pudesse superar o temor que tinha com os desdobramentos da publicação de sua tese em uma atmosfera de extrema intolerância. Além de percorrer a origem e o desenvolvimento da religião judaica, Freud retoma as reflexões sustentadas em *Totem e Tabu* (1913), em que faz um paralelo da origem da religião e da moralidade com o assassinato do pai da horda primitiva.

O paralelo que serve a esse trabalho e que a teoria freudiana nos indica, seria a relação do surgimento dessas figuras, sejam elas, o Senhor de Engenho, Hitler, ou mesmo a figura de um “pai genocida”, como reedições, ao menos de traços, do que representou o pai da horda primitiva. Freud (1913) sustenta, a partir de uma referência a Darwin e Atkins, que os homens primitivos viviam em hordas e, cada uma delas, seriam dominadas por um macho dominante - que reservaria para si todos os privilégios, seja o de possuir todas as mulheres, seja o de governar a seu bel prazer. Aqueles filhos que o desobedecessem receberiam os piores castigos, desde a morte, a expulsão ou a castração.

O seguinte e decisivo passo para modificar essa espécie de organização social, sustenta Freud, teria se dado a partir do momento em que os irmãos que foram expulsos pelo pai, e que passaram a viver em comunidade, se reuniram, subjugaram o pai e, conforme os costumes daquele tempo, o devoraram cru (Freud, 2006 [1938] p. 111). Após um longo período em disputa para obterem a herança paterna só para si, os irmãos teriam tomado consciência dos perigos de tal empreitada e teriam chegado a um acordo. Surge, em decorrência disto, a primeira forma de organização social que inclui a renúncia aos impulsos, o reconhecimento de obrigações mútuas e o estabelecimento de instituições declaradas invioláveis – os primórdios da moral e do direito. Institui-se neste momento o tabu do incesto e o mandamento da exogamia.

O que Freud sublinha, no entanto, e aí pode residir uma dimensão trágica, é que os filhos nutriam para com esse pai primevo, uma série de sentimentos ambivalentes. Se por um lado, havia um temor imenso, por tal figura, há de se supor que a ideia de ocupar esse lugar, após sua morte, era absolutamente sedutora. Levanta-se, nesta discussão, tanto o aspecto da herança, quanto da transmissão psíquica. A superação do pai primevo através do luto por sua morte se mostra, portanto, complexa.

Como sinaliza Birman (2003), o trabalho de luto supõe três tempos, a saber, o da incorporação, o da introjeção e o da identificação. No primeiro, o sujeito tenta “incorporar” o morto, o que se dá, muitas vezes, de forma literal através dos bacanais de comida que seguem os velórios, nos quais tenta-se tornar o morto presente através daquilo que se devora. No segundo tempo, o sujeito começa a se defrontar com o objeto perdido (...) O sujeito se indaga psiquicamente algo como: o que eu fiz para esse objeto ir embora. No terceiro tempo, enfim, há uma aceitação que o objeto foi embora e, na medida em que o sujeito “enterra” o objeto, é possível estabelecer uma

identificação com ele (...) Desse modo, esses três tempos conduzem à produção de uma marca psíquica (HELSINGER, 2019 p.454).

Como levar um trabalho de luto adiante, se uma etapa fundamental do luto é um processo de identificação com o morto? Que saídas seriam possíveis de serem encontradas para lidar com as marcas psíquicas inerentes a este processo? Retomaremos estas questões mais adiante, a partir de uma análise das entrevistas.

Um dos aspectos a se destacar neste trabalho de luto e enfrentamento das marcas psíquicas deixadas, seria o sentimento de culpa. Freud demonstra como o parricídio teria levado à criação de um animal totêmico, animal que encarnaria certos atributos do pai e que seria respeitado e temido. O totem além de preencher o vazio deixado pelo pai primevo seria depositário dos mais variados afetos, a partir dos quais irão se desenvolver, posteriormente, as religiões – discussão que é o cerne destes dois artigos de Freud.

O que nos interessa, nessa condensada explanação, é articular a complexidade dessa ruptura com uma ordem social que se organiza a partir do pai primevo. O surgimento de religiões monoteístas, como demonstra Freud em seu artigo, são exemplos de uma tentativa de reconfigurar esse poder, paradoxalmente preservando traços dele, a partir de um “deus todo poderoso”. Essas rupturas e continuidades que remontam aspectos do “pai da horda primitiva” forneceria algum material para pensarmos no ressurgimento dessa forma de poder em momentos subsequentes de nossa história. Há, portanto, um trabalho a se fazer, que é, sobretudo, um trabalho que envolve as marcas psíquicas e a construção de uma memória, fruto dessa herança – tal qual o trabalho psicanalítico com os sujeitos neuróticos.

Freud fez do tema da memória a pedra angular da psicanálise, a partir da qual ele pôde trabalhar a noção de inconsciente, o tema do luto e da melancolia e mesmo, como veremos mais adiante, o tema da herança. Já no início de sua obra, quando se debruçava sobre as paralisias no campo da histeria, que vinham desconcertando o saber científico da época, Freud formulou, após muito se debruçar sobre o tema, que “os histéricos sofrem de reminiscências”. Sofrem, portanto, de lembranças que pelo fato de serem conflitivas, são afastadas da consciência, mas nem por isso deixam de compor a experiência de um determinado sujeito. Um exemplo clínico emblemático foi o processo de análise de Elizabeth Von R., que se apresentou a Freud com fortes dores na perna. O trabalho clínico levado a cabo, teria permitido à constatação de que as dores que sua paciente vinha sentindo, que incapacitavam seu movimento, eram fruto de um conflito psíquico. No desenrolar das associações de Elizabeth, vem à tona o pensamento

imediatamente após a morte de sua irmã, de que agora o seu cunhado estaria “livre novamente e, portanto, poderia ser sua esposa”.

Um dos tradutores das recém-publicadas “Obras incompletas de Sigmund Freud” (2019), Ernani Chaves, em ensaio que compõe esta coletânea, demonstra o giro que Freud deu em sua obra a partir da experiência da Primeira Guerra Mundial. Sua formulação inicial que caracterizava o funcionamento do aparelho psíquico a partir do *princípio do prazer*, começa a lhe parecer insuficiente (Chaves, 2019 p. 163). Freud passa a se debruçar sobre os “combatentes que voltam do *front* e são assolados, em sonhos, pelas lembranças da experiência mortífera da guerra”. Trata-se nos dois casos, a saber, tanto na histeria, quanto nos neuróticos de guerra, de um sofrimento que se dá a partir das reminiscências, daquilo que, apesar dos esforços, não se consegue esquecer. O trabalho clínico psicanalítico foi se desenvolvendo a partir da construção e ressignificação dessas memórias.

Freud, na medida em que se distanciou de suas pretensões neurofisiológicas, pôde dar lugar a uma memória não substancializada, esboçando uma noção de aparelho psíquico que se afastou do modelo anátomo-clínico para dar lugar à uma metapsicologia, a um inconsciente que não se localiza em uma região do cérebro. Nesta perspectiva, os sintomas não possuem uma relação com uma lesão cerebral, ou qualquer falha no funcionamento cerebral, mas estão em relação direta com a linguagem, com um afeto e uma representação. Essa ruptura de Freud foi o que permitiu, anos mais tarde, pensar em uma herança que também não fosse determinada, ou não se reduzisse a uma hereditariedade.

O tema da hereditariedade aparece em sua obra em diversos momentos. Em *As neuropsicoses de defesa* ao atribuir ao mecanismo de recalçamento o fator desencadeante de uma neurose, Freud se interroga sobre: o que explicaria que um mesmo mecanismo de defesa pudesse levar uma determinada pessoa a uma neurose obsessiva e outra a histeria? Quais seriam as pré-disposições? Levando essa questão adiante, em 1986, ao se debruçar sobre a *Hereditariedade e a etiologia das neuroses*, Freud não demonstra o mesmo entusiasmo que seus colegas ao atribuir a origem da neurose aos aspectos hereditários, tal qual Charcot, um grande interlocutor à época. Ao adotar o termo “disposições”, ou “pré-disposições,” Freud buscava superar a perspectiva determinante da hereditariedade e interrogava outros aspectos inatos que pudessem influenciar no adoecimento de um determinado sujeito, aproximando-se assim de uma perspectiva genealógica. Vasconcelos e Lima (2015) sustentam que o tema da hereditariedade também colocava em questão o tema da terapêutica, caso se atribuísse a

hereditariedade como determinante da neurose, isto impossibilitaria qualquer via de acesso à terapêutica (Vasconcelos e Lima, 2015 p. 3).

As autoras citadas demonstram como aos poucos o tema da herança vai sendo introduzido na obra de Freud. Na *Conferência XXIII – Os caminhos de formação dos sintomas* (1917), nota-se uma referência direta ao tema da herança na causação da neurose.

Essas cenas de observação das relações sexuais entre os pais, de ser seduzido na infância e de ser ameaçado com a castração são inquestionavelmente um dote herdado, uma herança filogenética, mas podem também facilmente ser adquiridas pela experiência pessoal (Freud, 1917)

Posteriormente este tema vai surgir em três linhas distintas, de acordo com Vasconcelos e Lima. A primeira, seria essa que estamos percorrendo, do papel da herança na formação dos sintomas. A segunda, diz respeito a influência da herança na formação do Eu; e a terceira, a relação entre herança psíquica e cultura.

Em ‘Sobre o narcisismo: uma introdução’, texto chave para compreendermos a influência da herança na formação do Eu, publicado em 1914, Freud descreve um narcisismo primário, em que o bebê vive uma experiência majestosa de ser aquilo que há de mais importante. Neste processo, os pais, na medida em que garantem e cuidam das necessidades do bebê, investem nele uma série de expectativas e projeções de seus próprios narcisismos e de suas experiências de vida - prévias ao seu nascimento. Há, portanto, uma marca em todos nós, que diz respeito a uma pré-história a uma expectativa desejante, que nos funda. A título de exemplificação, podemos pensar no empenho dos pais para chegar até a escolha de um nome para o filho, criam-se aí uma série de expectativas e projeções de como será esse sujeito que está para nascer.

Freud aponta para uma continuidade na vida psíquica entre gerações, na medida em que considera atribuição de lugares e significantes feitos pelos antecedentes do bebê tornam-no herdeiro dos sonhos e desejos não realizados de seus pais. É deste e neste lugar que o bebê deve apropriar-se de uma pré-história e criar sua própria versão, o que marcará e assegurará o seu processo de singularização (Vasconcelos e Lima, 2015 p. 4).

À essa teoria de uma continuidade psíquica entre as gerações, Freud aponta posteriormente em *Análise terminável e interminável* (1937), uma marca do primitivo no desenvolvimento humano, marca essa que se inscreve no Eu de cada um de nós. Freud nomeia isto ao longo de sua obra de ‘herança arcaica’.

A constituição do sujeito não pode ser pensada sem a edificação de uma cultura que o antecede, cultura que é transmitida de geração a geração para sustentar a vida em

grupo e a existência de cada sujeito individualmente. Nos trabalhos em que Freud analisa o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento dos sujeitos, vemos explicitamente a ideia de que certos conteúdos mentais, inclusive os inconscientes, tem sua origem na herança arcaica dos ancestrais do homem moderno (Vasconcelos e Lima, 2015 p. 10).

Também encontraremos esta referência a uma herança arcaica nos textos em que Freud se dedicou ao tema da constituição da cultura. Em *Totem e tabu*, texto que citamos na introdução deste capítulo, o tema da transmissão entre as gerações aparece ligado ao tema da proibição do incesto e de matar o animal totêmico, como aspectos organizadores da cultura, bem como a origem do sentimento e da noção de culpa resultante do assassinato do pai da horda primitiva e da instauração dessa nova forma de organização social. Ainda que introduza neste texto a noção de continuidade psíquica, Freud escapa de qualquer perspectiva determinista. Primeiro, ao considerar que é preciso que algo na vida do sujeito desperte as disposições psíquicas herdadas. Segundo, ao recorrer ao longo do texto a uma citação de Goethe - “aquilo que herdaste de teus pais, conquista-o para fazê-lo teu” (Freud, 2006 [1913] p. 160), para indicar que, na melhor das hipóteses, essa herança não se recebe passivamente, é possível um trabalho a partir dela.

Em seu último trabalho, também sobre o tema da constituição da cultura, *Moisés e o monoteísmo*, Freud aborda o que seria a transmissão de uma herança traumática. Sublinha que esse trauma transmitido poderia ter um caminho positivo, quando o evento traumático é revivido por meio da repetição e o conteúdo pode chegar à consciência; e um outro negativo, quando o trauma não é lembrado e nem repetido. Este último teria um potencial patogênico, por estar fora do campo da simbolização abrindo caminho para as inibições, as fobias e mesmo para a esquizofrenia (Vasconcelos e Lima, 2015 p. 6). Retomaremos isto um pouco mais adiante.

A pré-história de um sujeito, portanto, nem sempre é marcada por uma afirmação da vida. Existem legados e transmissões transgeracionais marcados pela destrutividade. Como vimos nos fragmentos de depoimentos de filhas e filhos de genocidas, há uma série de nuances nas experiências vividas. Analía Kalinec³⁶, por exemplo, narra uma infância em que recebia muito afeto por parte de seu pai. Outros, como é o caso de um dos nossos entrevistados, tiveram a origem marcada pela experiência da violência.

Néstor, 53 anos, nascido em Azul, município que está localizado a 300 km da cidade de Buenos Aires, narra que descobriu a verdade há cerca de 7 anos, ao interrogar companheiros de seus pais. Néstor descobre uma dupla verdade. A primeira, que seu padrinho, condenado à

³⁶ Analía foi citada no segundo capítulo (página 37).

prisão com a retomada dos julgamentos no governo Kirschner por sua atuação como comissário de polícia na cidade de Buenos Aires, era, na verdade, seu pai biológico. E a segunda, que em sua casa, quando ainda era um bebê, se praticavam torturas a pessoas que furtavam vacas e galinhas:

Néstor: La ditadura se instaló em el año 76. O Sea, yo tenía 7 años cuando se instaló la ditadura em el país. De 69 a 76, no és que em mi casa no ocurría nada. No, no, no, en mi casa se utilizaban tortura a personas. Si! Entonces, fue antes de la ditadura. (...) Fue ahí donde vos te das cuenta que fue una preparación para lo que se vendría después, en el año 76. Yo, hace 7 años sé esta verdade. Cuando yo descubro que em mi casa se torturaba, yo pregunté a uma de las personas, porque casualmente una de ellos vive todavía. Quien eran las personas que estaban em este momento cometiendo estas torturas? Eran mi padre, estaba mi mamá, estaba yo siendo um bebê, que fueron nombrados dentro de este contexto de tortura³⁷.

A história de Néstor demonstra como os arranjos que cada um vai fazendo para lidar com o tema da herança e da origem, são absolutamente singulares. Neste sentido, o engajamento em um coletivo não significa um caminho universal para lidar com as questões que atravessam cada um. Diante desta “perda de chão”, com essa dupla verdade que veio à tona, Néstor abre um processo judicial, para que seu pai biológico seja reconhecido como seu pai. Faz um caminho que pareceria inverso ao de Mariana Dopazo. Neste caso, até para que se possa dar um outro destino psíquico para esse pai (ou ainda para denunciá-lo ou romper com ele), seria preciso, antes de tudo, assumi-lo como pai.

3.2. A ‘inquietante estranheza’

Este encontro com uma verdade desconhecida encontra ecos no texto freudiano que se debruça sobre o sentimento de estranheza (Unheimlich, 2006 [1919]). Neste trabalho, Freud faz uma análise acerca da estética do belo e do sublime no campo da arte, sustentando que raramente nos debruçamos sobre aquilo que provoca repulsa, estranheza. Ao fazer um levantamento na literatura médico-psicológica acerca desse sentimento de estranheza, encontra

³⁷ A ditadura se instalou em 76. Ou seja, eu tinha 7 anos quando se instalou a ditadura no país. De 69 a 76, não é que em minha casa não acontecesse nada. Não, não, não, em minha casa se praticava tortura a pessoas. Sim! Então, foi antes da ditadura. Foi aí, quando você se dá conta de que foi uma preparação para o que viria depois, no ano 76. Eu sei essa verdade há sete anos. Quando eu descobri que em minha casa se torturava, eu perguntei a uma das pessoas, porque, por acaso, uma delas ainda é viva. Quem eram essas pessoas que estavam naquele momento cometendo essas torturas? Era meu pai, minha mãe também estava, e estava eu, ainda bebê, que foram identificados neste contexto de tortura.

um único trabalho, que se debruça sobre o tema, a partir de uma análise da literatura fantástica alemã. O autor, Jentsch, atribui a estranheza àquilo que produz uma “incerteza intelectual”. Como um exemplo, refere-se ao efeito provocado pela boneca “copellia”, no conto do escritor E.T.A. Hoffmann. Diante de uma boneca-autômato, ficaríamos tomados por essa “incerteza intelectual”.

Freud, por sua vez, não compra a hipótese de Jentsch, e encontra uma chave para a compreensão do sentimento de estranheza no fragmento de um trabalho de Schelling³⁸: “chama-se unheimlich a tudo que permaneceu em segredo, escondido, em latência e que veio à tona”³⁹. Tal afirmação encontra um fio com as formulações anteriores acerca do inconsciente. Aquele conteúdo que é afastado da consciência por carregar um conflito, seja com uma moral religiosa, seja com uma imagem que um determinado sujeito tem de si, retornaria de tempos em tempos. Esse retorno do conteúdo reprimido, poderia se dar de forma deslocada e condensada nos sonhos, nos atos falhos, lapsos de linguagem ou em atos que repetem e reencenam o conteúdo recalcado. O encontro com esse conteúdo reprimido seria descrito, invariavelmente, como um sentimento de estranheza. Freud caracteriza essa estranheza como uma estranheza familiar, íntima e inquietante. A formulação, que é central em sua obra, se baseia na noção de que há um “outro” em todos nós, que corresponde justamente ao conteúdo recalcado, inconsciente.

Freud sublinha ainda, e isso interessa para a nossa reflexão sobre o tema da herança, uma dimensão filológica desse conteúdo inconsciente. Algo que diria respeito a uma vivência de onipotência, fruto do que experimentamos em um narcisismo primário, e que resistiria mesmo após a incidência da castração como uma espécie de duplo em nosso inconsciente.

Parece que todos nós, em nosso desenvolvimento individual, atravessamos uma fase correspondente a esse animismo dos primitivos e que não nos afastamos dela sem que ela nos legue restos e rastros capazes de expressão, de tal modo que tudo que nos aparece hoje como “infamiliar”⁴⁰ é a condição para que esses restos da atividade psíquica animista ainda nos toquem e estimulem sua expressão (Freud, p. 85).

Há que se considerar, neste paralelo que estamos propondo, que no caso de Néstor ou mesmo dos netos que passam pelo processo de restituição de identidade, o que afasta da consciência esse ‘outro’, ou essa verdade outra acerca de um determinado sujeito, não é um mecanismo de defesa intrapsíquico que recalcaria uma ideia conflitante. Embora os agentes

³⁸ Filósofo de grande influência na filosofia alemã do século XIX. Viveu entre 1775 e 1854.

³⁹ Este fragmento se encontra em *Filosofia da mitologia*, do filósofo alemão Friedrich Schelling, publicado entre 1837-1842.

⁴⁰ Infamiliar foi o neologismo encontrado pela recente tradução de Freud para o português como uma tentativa de melhor transmitir em uma única palavra essa dimensão do familiar e do estrangeiro.

sejam distintos, o efeito do encontro com isto que estava oculto é análogo ao que Freud descreveu como uma estranha intimidade.

Bibiana, nossa segunda entrevistada, tem aproximadamente 50 anos e trabalha como psicopedagoga. Bibiana tem uma participação ativa no coletivo Histórias Desobedientes e foi uma das pessoas que naturalmente se aproximou de mim na marcha que participei, no dia 24 de março de 2022, em Buenos Aires - minha primeira aproximação com o coletivo. Este primeiro contato se desdobrou em uma entrevista que me forneceu um material precioso. A seguir, Bibiana narra o processo de tomada de consciência acerca da gravidade dos crimes cometidos por seu pai:

Bibiana: Es muy difícil especialmente... Yo siempre digo especialmente cuando el vínculo que, en nuestro caso, el vínculo que hemos tenido con nuestros familiares cuando ha sido de afecto. Cuando algún afecto ha estado en juego, es muy difícil definirse éticamente en el lugar que uno considera que corresponde para ser fiel a la propia posición es es muy difícil pero absolutamente necesario. Porque no ser fiel a uno mismo es lo más degradante y enfermante que pueda existir. O sea la situación de de trauma que significa ser hija, por lo menos en mi caso, hija, yo soy hija de un oficial de inteligencia del Ejército que se retiró en el 70 grados mayor, reingreso a Viamonte y Callao, al Batallón 601, que fue la Central de Inteligencia en Argentina como personal civil de inteligencia y allí actuó hasta 1986. Entonces, tomar una posición de repudio hacia el accionar de un papá que era lo único de lo que yo podía agarrarme además de mis abuelas. El único, digamos, el único vínculo primario de donde yo podía sostenerme para salir a la vida, ir tomando conciencia poco a poco de que este vínculo primario era un vínculo totalmente mortífero para mí. Para volver a usar esta palabra porque es lo que corresponde. Es lo que a mí me llegó a decidir tomar esta posición ética que mi mismo padre conoció porque así como él tuvo la crueldad de manifestar frente a mí misma el hecho de que él se dedicaba a casar subversivos. Yo tuve la dignidad de manifestarle que yo repudiaba ese accionar, tanto de él como del conjunto de criminales de lesa humanidad⁴¹. Pero de él sobre

⁴¹ É muito difícil, especialmente... Eu sempre digo, especialmente quando o vínculo, que, em nosso caso, o vínculo que temos tido com nossos familiares, quando tem sido de afeto. Quando algum afeto esteve em jogo, é muito difícil definir-se eticamente no lugar que cada um considera que corresponde para ser fiel à própria posição. É... É muito difícil, mas absolutamente necessário. Porque não ser fiel a si mesmo é o mais degradante e adoecedor que pode acontecer. Ou seja, a situação de trauma que significa ser filha, pelo menos no meu caso, filha, sou a filha de um oficial de inteligência do exército que se aposentou nos anos 70 com alta patente e reingressou (ao exército) em “Viamonte” e “Callao”, no Batalhão 601, que foi a Central de Inteligência, e ali atuou até 1986. Então tomar posição de repúdio em relação a atuação de meu pai era a única coisa em que poderia me agarrar, além de minhas avós. O único, digamos, o único vínculo primário em que podia me sustentar para sair à vida. Ir tomando consciência pouco a pouco de que esse vínculo primário era um vínculo tão mortífero para mim. Para voltar a usar

todo que, era mi papá, no era cualquier persona, era mi papá con que yo tenía un vínculo, el vínculo de afecto. Sí, era la única persona en la única figura primaria con que yo podía contar en mi infancia y esa figura primaria se desmoronó completamente, se fue desmoronando, no sé. No de un solo golpe, por que si no, no hubiese podido sobrevivir, hubiese sido muy insoportable para mi, no hubiese podido sobrevivir. El dolor hubiese sido tan grande. Entonces fue desmoronándose poco a poco. Esto en relación el trauma, no? En relación a tomar conciencia de quién es tu padre y que es responsabilidad tuvo en una situación tan espantosa, tan cruel como en un genocidio, no solo en mi país sino en Latinoamérica, porque él formaba parte del Plan Condor. Mi padre viajaba a Brasil, hasta Uruguay, hasta Peru como oficial de inteligencia. Pero en 63 para formarse a la Escuela de las Américas en Panamá y en Estados Unidos. Fue una decisión que él sostuvo a lo largo de su vida, yo nací en la dictadura de Aramburu fue una dictadura criminal que fusiló a muchas personas solamente por pensar distinto y él forma parte de esa dictadura como oficial ya de inteligencia siendo muy joven. Entonces, ir tomando conciencia de quién era esta figura que a mí me sostenía, no pudo más que ir este ir gestionándose en forma progresiva porque si era a ún solo golpe yo explotaba reventaba y me moría él no estaba dando acá esta charla con vos⁴².

Se tomarmos como referência a campanha que as Avós da Praça de Maio fizeram ao longo do governo Menem, quando adotaram a estratégia de se dirigir diretamente à geração dos netos desaparecidos, encontraremos um fio com a discussão que estamos propondo. Na ocasião, as Avós propuseram uma série de eventos que buscavam dialogar com a geração de seus netos - festivais de rock, espetáculos teatrais etc. -, quando lançaram a seguinte interpelação: ‘vos sabes quien sos?’ (você sabe quem você é?). A dúvida que tal interrogação provoca deixa

esta palavra, que é o que corresponde. É o que me levou a decidir tomar esta posição ética, que meu pai ficou sabendo. Porque assim como ele teve a crueldade de manifestar frente a mim que ele se dedicava a “caçar subversivos”, eu tive a dignidade de dizer para ele que eu repudiava sua atuação. Tanto dele, quanto do conjunto de crimes de lesa humanidade.

⁴² Mas os dele, sobretudo, que era meu pai. Não era qualquer pessoa. Era meu pai, com quem eu tinha um vínculo, o vínculo de afeto. Era a única figura primária em minha infância com quem eu podia contar e essa figura primária desmoronou completamente. Foi desmoronando. Não sei. Não foi de uma vez só, porque senão, não teria podido sobreviver, teria sido muito insuportável para mim. A dor teria sido tão grande. Então foi desmoronando pouco a pouco. Isto em relação ao trauma, não? Em relação a tomar consciência de quem é seu pai e que responsabilidade teve em uma situação tão espantosa, tão cruel, como um genocídio. Não só em meu país, como na América Latina, porque ele formava parte do Plano Condor. Meu pai viajava ao Brasil, até o Uruguai, até o Peru, como oficial da inteligência. Mas em 63 para formar-se na Escola das América, no Panamá e nos Estados Unidos. Foi uma decisão que ele sustentou ao longo de sua vida. Eu nasci na ditadura de Aramburu, que foi uma ditadura criminal que fuzilou muitas pessoas, somente por pensarem diferente. E ele fazia parte dessa ditadura ainda muito jovem, mas já como oficial da inteligência. Então, ir me dando conta de quem era essa figura que era um “pilar” para mim, não pôde ser de outra forma, que não gradualmente, de forma progressiva, porque se fosse num “golpe” só, eu explodia, arrebentava, morria e não estaria aqui tendo essa conversa com você (tradução direta).

evidente que a identidade não é uma noção que pode abarcar a totalidade de um determinado sujeito:

Dicho de otra manera, frente al interrogante ¿Vos sabés quién sos? se impone reconocer que la identidad nunca es ni de la autoría o propiedad plena de un ‘yo’ y, por ende, tampoco objeto de conocimiento absoluto para un ‘sí mismo’. Pero es en virtud de esa opacidad y extaticidad —o excentricidad— del ‘yo’ que se torna fundamental el trabajo de la (re)construcción narrativa en relación con otros y otras (Quintana, 2019 p. 125) ⁴³.

Na mesma linha investigativa de Quintana (2019), citada acima, e compartilhando uma mesma coletânea de artigos sob o título *Legado y memorias*⁴⁴, Alicia Stolkiner relembra que na ocasião em que as Avós da Praça de Maio começaram o processo de busca dos netos desaparecidos ainda bebês ou crianças muito pequenas, houve um amplo debate acerca deste processo, do qual o meio psicanalítico participou: *La pregunta era acerca de si correspondía restituirlos a su familia de origen o si lo mejor para ellos era que permanecieran con quienes los criaban para no producirles un “daño”*⁴⁵ (Stolkiner, 2020 p. 99). Diante desta interrogação, alguns psicanalistas se colocaram contrários ao processo de restituição de identidades. Stolkiner destaca que esta discussão abarcava componentes ideológicos, mas que também se buscava defendê-las do ponto de vista teórico. Françoise Dolto, uma figura importante da psicanálise, ao ser consultada à época pelas Avós da Praça de Maio, durante visita à Argentina, se opôs às buscas dos netos: “así como nosotros no buscamos a los niños que se llevaron los nazis⁴⁶” (Stolkiner, p. 99). Apesar de algumas posições desencorajadoras, as Avós decidiram seguir adiante com as buscas⁴⁷. Nessa perspectiva, sublinha a autora, as Avós não cederam às tendências eurocêntricas do campo psi e se viram diante da necessidade de uma construção teórica própria diante do fenômeno do desaparecimento. Essas tendências eurocêntricas também podem ser lidas como uma herança colonialista. Portanto, há na persistência das Avós, na preservação de um olhar inédito para o fenômeno do desaparecimento, um ato decolonial.

⁴³ Dito de outra maneira, frente a questão “você sabe quem você é?”, se impõe reconhecer que a identidade nunca é nem de autoria ou propriedade plena de um “eu” e, por fim, tampouco objeto de conhecimento absoluto para um “si mesmo”. Mas é em virtude dessa opacidade e extaticidade – ou excentricidade – do “eu”, que se torna fundamental o trabalho de (re)construção narrativa em relação com outro e outras (tradução direta).

⁴⁴ Os artigos foram compilados no livro *Legado y memorias: debates sobre el futuro anterior* (2019) - organizados por Fabiana Roussaux.

⁴⁵ A pergunta era sobre saber se eles deveriam ser restituídos às suas famílias de origem, ou se o melhor para eles seria que permanecessem com quem já os criavam para não produzir nenhum “dano” (tradução direta).

⁴⁶ Assim como nós não buscamos as crianças que os nazis levaram (tradução direta).

⁴⁷ Françoise Dolto se retratou posteriormente com as Avós de Maio por este posicionamento.

Embora toda a mobilização sobre o processo de restituição de identidades tenha se dado ao redor dos netos apropriados pelo Estado na Argentina, a entrada em cena dos “filhos desobedientes”, com as narrativas diversas que carregam, demonstra que muitos desses filhos vivem processos análogos. A descoberta de um pai genocida implica igualmente um processo radical de reconstrução das narrativas acerca de si, de revisão de memórias e requer igual atenção e debate. Bibiana sugere uma pergunta que se assemelha à pergunta levantada pelas Avós da Praça de Maio, quanto aos efeitos que produz:

Bibiana: Ese es nuestro compromiso, por eso nuestra palabra va dirigida a todas las personas que pueden preguntarse qué pasó con mi con mis ancestros? ¿Qué hay en mi historia? Que puedan hacer preguntas incómodas en su familia, no? Che pá, che tío... qué hizo el abuelo en tales años. Qué estaba el abuelo, la abuela, que hacían acá en tales años? A qué se dedicaban? En qué andaban? Bueno, quizás pueden ser preguntas muy incómodas en la reunión familiar. Invitamos siempre a hacerlas, porque esas son las preguntas que reparan, que reparan todo. Que ayudan y hacen bien a todo, por más que alguien se ponga a llorar, por más que alguien se enoje, por más que te diga - ay! mocoso de porquería que andás haciendo preguntas que no tienen nada que ver- reparan, reparan, hacen bien, curan⁴⁸...

A entrada na cena pública dos “filhos desobedientes” com as narrativas que foram sendo publicizadas, introduziram na sociedade argentina um novo marco interpretativo. Ao sentimento de inquietante estranheza como parte da experiência de um determinado sujeito, esse novo marco interpretativo permite levantar as questões: “teriam meus antepassados participado de alguma forma da repressão?”, “De que forma isto se faz presente, ou não, em minha biografia?”, “Como o ‘fantasma’ da ditadura me diz respeito?”. Durante a ditadura argentina funcionaram 340 campos de concentração e extermínio, de acordo com trabalho publicado pela cientista política Pilar Calveiro⁴⁹. Se tomarmos em conta esse imenso aparato repressivo, podemos concluir que, para o seu pleno funcionamento, seriam necessários muitos funcionários. Essa tem sido uma das formas de se tentar dimensionar a quantidade de pessoas

⁴⁸ É esse o nosso compromisso, por isso nossa palavra a todas as pessoas que podem se perguntar: o que se passou com meus ancestrais? O que aconteceu na minha história? Que podem fazer perguntas, não? Ei pai, Ei tio... que fez o avô durante tais anos? O que faziam o avô e a avó naqueles anos? A que se dedicavam? Por onde andavam? Bom, pode ser que sejam perguntas muito incômodas em uma reunião familiar. Convidamos sempre a fazê-las, porque essas são perguntas que reparam, que reparam tudo. Que ajudam, que fazem bem a todos, por mais que alguém comece a chorar, por mais que alguém se enoje, por mais que te diga – que perguntas nojentas você anda fazendo, que não tem sentido. Reparar, reparam, fazem bem e curam (tradução direta).

⁴⁹ Trabalho publicado em 2013 sob o título: *Poder e desaparecimento*, distribuído no Brasil pela editora Boitempo.

que participaram da repressão. Isto que permanece oculto, como vimos com Freud, segue assombrando as sociedades onde imperam o não dito através de uma política de esquecimento forçado.

Bibiana: Si uno dice de dónde viene esto, no? De dónde viene esta situación y de dónde viene? De dónde viene? De las cosas que nos elaboraron, de las cosas que no sé... fueron arreglando a lo largo de la historia, no?, reparando a lo largo de la historia, no? Nuestra manera de reparar es reparandonos, es transformando esta historia que nos tocó en algo distinto. Hay que reparar, hay que reparar, si no se paga, aunque no tomes conciencia, se paga con enfermedad, se paga con mucho sufrimiento. Aun sin tener conciencia de que hay un trauma en la familia que ha promovido este daño se paga igual, justamente al no tener conciencia al no poder hablar, al no hacerlo consciente, bueno, se va apagando a través de las enfermedades y los años⁵⁰.

3.3. Torok e Abraham

Essa herança que diz respeito a uma pré-história que antecede o sujeito foi tema de estudo sobretudo daqueles autores pós-freudianos que se interessavam por uma abordagem familiar ou sistêmica e, posteriormente por autores de influência psicanalítica. Abraham e Torok são representantes desse último grupo e trouxeram contribuições importantes para pensarmos o tema da herança psíquica (Vasconcelos e Lima, 2015). Os autores distinguiram uma herança psíquica intergeracional de outra que seria transgeracional. Esta que abordamos anteriormente, acerca das expectativas criadas pelos pais na ocasião da espera pela chegada de um bebê, e todas as reviviscências narcísicas que isto provocaria, diriam respeito ao intergeracional. Este tipo de herança se caracterizaria pelo contato direto das gerações em vida.

Já a herança transgeracional diria respeito àquilo que é transmitido às gerações subsequentes sem que haja o contato direto entre as gerações. Nestes casos, a transmissão psíquica se faz sem que seu conteúdo seja processado e modificado entre as gerações. O

⁵⁰ Se alguém pergunta: de onde vem isso? De onde vem essa situação e de onde vem? De onde vem? Das coisas que não foram elaboradas, das coisas que não sei. Foram sendo consertadas ao longo da história, não? Reparando ao longo da história, não? Nossa maneira de reparar é reparando a nós mesmos, é transformando essa história que nos tocou em algo diferente. Tem que reparar, tem que repara, senão se paga, mesmo que não se tenha consciência (não se perceba), se paga com adoecimento, se paga com muito sofrimento. Mesmo que não se tenha consciência de que há um trauma na família que produziu este dano. Ainda assim, se paga, justamente por não se ter consciência, ao não pode falar, ao não fazê-lo consciente. Bom, se vai pagando através das doenças e os anos.

conteúdo transmitido encontra-se em uma espécie de “estado bruto” e teria, por isso, um potencial não-estruturante.

Abraham e Torok (1995 [1987]) se ocuparam de caracterizar do ponto de vista metapsicológico esse conteúdo que se encontra em estado bruto e que é transmitido como segredo. Para tal, fizeram um paralelo entre o mecanismo de recalçamento na histeria, em que o conteúdo que gera um conflito e é afastado da consciência e opera em uma oposição: ora estando oculto e ora aparente. Aquilo que se oculta teve um nome, preexistiu como fala – exatamente como vimos no exemplo de Elizabeth Von R. O apaixonamento de Elizabeth pelo marido da irmã, que ganha um tensionamento quando este se torna viúvo, seria uma espécie de segredo falho, fadado a ser revelado.

Em contraponto ao mecanismo de defesa histórico, Abraham e Torok sugerem o que seria o criptógrafo, uma espécie de conteúdo psíquico para o qual não há palavras para descrever. Um conteúdo, portanto, que não foi simbolizado. Diferentemente do desejo histórico, que se choca com o interdito e que vem com o registro da proibição, o conteúdo encriptado, indizível e que deve a todo custo permanecer em segredo, teria uma conotação de crime, seria o próprio sinônimo do crime.

E se esse crime, esse conteúdo de segredo que nós desfilamos com o nome de realidade fosse apenas fantasia pura e simples? (...) Muitos analistas sustentam uma ou outra opinião, com grande satisfação e com grande prejuízo dos interessados. Não vamos nos prolongar quanto a origem fantasística ou realitária da fuma e de seu conteúdo inominável (...) seja lá como for, esse conteúdo tem a particularidade de não poder se exibir sob a forma de palavras (Abraham e Torok, 1995 p. 240).

Embora o percurso que estejamos traçando neste trabalho não se proponha a pensar o que seria um manejo clínico, desse tipo de segredo encriptado, e o foco das nossas inquietações sejam as políticas de esquecimento forçado que operam no plano da política, as explanações de Abraham e Torok podem nos fornecer alguma contribuição importante para pensarmos na tomada de palavra deste novo ator político “filho desobediente”. Para os autores, o manejo dessa realidade encriptada pressupõe do analista uma atitude indulgente, atento, para não reforçar em hipótese alguma o aparato jurídico e judicial trazido pelo paciente. O próprio paciente desempenharia as funções jurídicas descritas, se autocondenando. Tampouco se trataria de ativamente desarticular esse aparato. Isto poderia levar a uma fragmentação do sujeito. Para os autores, os longos anos de análise e divã, deixariam a arquitetura rígida da criptacadauca.

Ser herdeiro do silêncio (e dos crimes cometidos), pressupõe assim, no fio apresentado pelos autores, uma Realidade que precisa se manter escondida, pois vergonhosa. Aqui encontramos também alguns pontos interessantes que surgiram ao longo das entrevistas, a saber, a vergonha como um afeto compartilhado entre muitos dos filhos desobedientes. Uma vergonha que a partir do trabalho de cada um (e do trabalho coletivo), pode ser ressignificada como um afeto positivo. Uma vergonha que não mais isola e que se transformou em luta e participação coletiva. O segundo ponto que, talvez, possamos encontrar no diálogo com Torok e Abraham, seria uma busca por essa indulgência, seja na procura pelas Avós da Praça de Maio, como um primeiro movimento de ruptura com os pactos de silêncio – antes mesmo da conformação de um coletivo; seja na presença no espaço público nas marchas por memória verdade e justiça. A forma como foram recebidos pelas Avós da Praça de Maio, certamente teve um efeito importantíssimo para que posteriormente estas narrativas desobedientes pudessem vir à público. A seguir apresentamos um trecho de Bibiana em que o tema da vergonha e dos efeitos dos pactos de silêncio aparecem em sua narrativa.

3.4. Trauma e silêncio

*Bibiana: El silencio enferma en toda ocasión, en situación traumática el silencio lejos de colaborar, enferma agrava, la situación de trauma. La intensifica la situación de trauma, el silencio enferma terriblemente. Genera mucho daño, no solo en el uno por uno, no solo en forma singular, sino en la trama vincular social, el silencio rompe enormemente, nuestra sociedad latinoamericana está muy dañada y muy rota justamente por el silencio*⁵¹.

Em seguida, tanto na narrativa de Néstor quanto na narrativa de Bibiana, algumas figuras estrangeiras ao que seria uma ordem familiar endógena mostraram-se fundamentais para a construção de um olhar crítico acerca dessa cultura familiar:

Bibiana: Bueno, el primer punto cómo vamos elaborando el trauma? Y cómo vamos transformando lo que nos tocó como herencia? Por supuesto que eso ha ido evolucionando a lo largo de nuestra vida. Nos favoreció a quienes hemos sido más afortunados y afortunadas nuestros educadores, algunos familiares, en mi caso mis abuelas. Los ejemplos sociales, como

⁵¹ O silêncio adoece em toda ocasião. Na situação traumática, o silêncio longe de colaborar, adoece, agrava a situação do trauma. Intensifica a situação do trauma, o silêncio adoece terrivelmente. Gera muito dano, não só em cada um, não só no um por um, não só na forma singular, senão na trama vincular social. O silêncio rompe enormemente, nossa sociedade latino-americana está muito prejudicada e muito estragada justamente por conta do silêncio.

te decía hace un ratito que tenemos en la Argentina, ejemplos sociales de lucha de transformación del dolor en vida, en alegría, la muerte en vida, transformar la muerte en vida, tenemos muchos ejemplos. Desde antes decía de madres y abuelas que son el Supremo ejemplo. Nos estábamos buscando porque es cierto que necesitábamos encontrarnos necesitábamos encontrarnos entre quienes desgracia mucho tiempo que estábamos en una posición de repudio al accionar de nuestra familiares. Y nos sentíamos traidores a la familia, traidores al legado familiar. Avergonzadas por nuestra historia por lo que nos tocó, así hemos vivido dándole mala prensa la vergüenza. Después que nos encontramos la vergüenza empezó a tener una transformación también en su significado. Y ya no tiene tanta mala prensa para nosotros porque la vergüenza nos llevó a la posibilidad de transformar, cómo nos sentíamos. La soledad y el silencio en el que vivíamos pudo romperse así como pudimos romper las lógicas familiares en los que crecimos lógicas muy autoritarias, lógicas muy patriarcales. Lógicas muy excluyentes, muy xenofóbicas, muy homofóbicas, esa fue la crianza que tuvimos. Muy metidos y metidos en la religión, en religiones monoteístas que nos limitaban terriblemente y pudimos romper, pudimos romper con todas esas lógicas de pensamiento. Desde donde, insisto, desde los ejemplos de vida que fuimos encontrando en el camino. Educadores, en un caso a las abuelas, mis abuelas, mis dos abuelas, paterna y materna que me salvaron totalmente. El análisis, el psicoanálisis, en el que también encontramos una forma de transformar la realidad que nos tocó sin que pudiéramos elegirla. Una desgracia que en la que nacimos, familias de desgracia en la que nacimos. Y pudimos transformar, gracias al psicoanálisis al que adherimos muchos miembros y muchas miembros de historias desobedientes. Gracias al análisis hemos podido sobrevivir, hemos podido romper sin rompernos del todo. Porque un poco rotas y un poco rotos todos y todas quedamos y probablemente queremos hasta el fin de nuestros días. Un poco rotas, un poco rotos, sin poder del todo unir partes y generar cicatrices, es probable que no lo logremos, pero al menos quienes pudimos afrontar esta desgracia que nos tocó de ser hijas, hijos, hermanos, sobrina, sobrinos, nietos, nietas de genocidas. Bueno, esta desgracia podemos ir cambiando en lucha por construcción de memoria, por construcción de dignidad humana, rompiendo esas lógicas en las que crecimos. Porque uno crece naturalizando lo que la familia le ofrece lo hace, lo transforma en natural, digamos, natural que los gitanos sean ladrones y sean gente que no pueden compartir el mismo espacio que uno, es natural que los judíos que no creen en Cristo, sean malas personas, es natural que los homosexuales sean personas enfermas, digamos, crecimos con esas con esas ideologías y romper esas ideologías fue gracias a todos, a todos aquellos, todas aquellas que influyeron en nuestro crecimiento en

*nuestra evolución, gracias a tantas personas, no? Eso por un lado. Poder acercarnos a los familiares de desaparecidos. Bueno, en mi caso yo que digamos, crecí en el ambiente de la salud mental, en el ambiente, sí, digamos, yo soy licenciada en Psicopedagogía y me formé en psicoanálisis soy psicodramatista, entonces en ese ambiente yo me crucé con muchos familiares desaparecidos, tuve muchas compañeras familiares de desaparecidos y a posteriori, me encontré con mucho sobrevivientes, entonces, eso que me generó una enorme vergüenza y una autoexclusión de los grupos porque el sentir que yo como hija de un genocida digo yo hablando en nombre de historias desobedientes porque estos son común denominador. Yo formando parte de un grupo en donde hay familiares de desaparecidos en donde hay sobrevivientes donde hay personas que han atravesado semejante, un nivel extremo de dolor en la vida, no me sentía con derecho a participar de ese grupo. Entonces, por eso, muchas veces la autoexclusión que hizo que nuestras vidas se limitaran enormemente. Porque al auto excluirnos por la vergüenza, una vergüenza que deberíamos haber sentido orgullo de tener vergüenza, digamos una vergüenza que no tuvieron nuestros familiares. Nosotros tuvimos una vergüenza ajena, una vergüenza, que no era nuestra una vergüenza que era de nuestro padre, de mis papás, del papá (...)*⁵²

⁵² Bom, o primeiro ponto, como vamos elaborando o trauma? E como vamos transformando o que nos marcou como herança? É claro que isto foi se desenrolando ao longo de nossas vidas. Fomos favorecidos aqueles que tiveram a sorte de (encontrar) educadores, alguns familiares e, no meu caso, minhas avós. Os exemplos sociais, como te dizia há um tempinho, que temos na Argentina. Exemplos sociais de luta, de transformar dor em luta, em alegria, a morte em vida, transformar a morte em vida, temos muitos exemplos. Desde antes, te dizia das mães e avós (de maio), que são o exemplo supremo. Estávamos nos buscando, porque é certo que precisávamos nos encontrar (filhos desobedientes), entre quem, por desgraça, a quem há muito tempo, estava em uma posição de repúdio à participação de nossos familiares (na ditadura). E nos sentíamos traidores, à família, traidores ao legado familiar. Envergonhadas por nossa história e pelo que nos passou. Assim estávamos vivendo, dando uma má reputação à vergonha. Depois que nos encontramos, começou a ter uma transformação também em seu significado. E já não tem um sentido tão ruim para a gente, porque a vergonha nos levou à possibilidade de transformar o modo como nos sentíamos. A solidão e o silêncio em que vivíamos pode romper-se, assim como pudemos romper com as lógicas familiares em que crescemos. Lógicas muito autoritárias, lógicas muito patriarcais, lógicas muito excludentes, muito xenofóbicas. Muito metidas e metidos na religião, em religiões monoteístas, que nos limitavam terrivelmente. E pudemos romper, pudemos romper com todas essas lógicas de pensamento. Desde onde, insisto, desde os exemplos de vida que fomos encontrando em nosso caminho. Educadores, em alguns casos as avós, minhas avós, minhas duas avós, paterna e materna, me salvaram totalmente. A análise, a psicanálise, onde também encontramos uma forma de transformar a realidade que nos marcou, sem que tivéssemos escolha. Uma desgraça em que nascemos, famílias desgraçadas em que nascemos. E pudemos transformar, graças a psicanálise a que aderimos muitos membros e muitas membras de ‘histórias desobedientes’. Graças à análise pudemos sobreviver, pudemos romper sem romper-nos por completo. Porque um pouco “quebrados” todas e todos ficamos e provavelmente ficaremos até o fim de nossos dias. Um pouco quebradas e um pouco quebrados, sem poder de todo unir as partes e gerar cicatrizes. É provável que a gente não consiga, mas pelo menos alguns de nós pudemos afrontar esta desgraça que nos marcou de ser filhos, irmãos, sobrinhas, sobrinhos, netas e netos de genocidas. Bom, essa desgraça pudemos ir transformando em luta por construção de memória, luta por dignidade humana, rompendo essas lógicas em que crescemos. Porque se cresce naturalizando o que a família te oferece, te faz. Naturalizamos, digamos, naturalizamos que os ciganos sejam ‘ladrões’ e sejam ‘gente’ que não pode compartilhar o mesmo espaço que a gente. É natural que os judeus, que não creem em Cristo, sejam pessoas ruins, é natural que os homossexuais sejam pessoas doentes, digamos, crescemos com essas ideologias e romper com essas ideologias

Nestor: *En algún momento yo viajaba a Buenos Aires. Y fue casualmente un día jueves. Estaba la ronda de las madres, em Plaza de Mayo. Y le pregunto a uma de las madres, que ya no está entre nosotros. Ya falleció, la madre Norma (...) entonces yo le comento: “mire, madre, yo vengo de um lugar que yo no sé como explicarle, porque yo no sabía como decirle. Bueno, mire, mi situación familiar és esta, esta, esta. Soy hijo de genocida y no comparto com mi familia. Usted sabe se hay gente que piensa como yo?”. Si, agarra um papelito y me escribe: “historias desobedientes”. “Ubicalo, que está igual que vos”. Y ahí sabes la alegría que me dió. A la semana, primero me comuniqué com Lilian Furió y Después con Analía. Ahí fue mi entrada en ‘historias desobedientes’ en 2018⁵³.*

A trajetória de Néstor, por sua vez, demonstra como o espaço da cidade, representado aqui pela Praça de Maio, ocupada pelas Avós, foi produzindo aos poucos um estranhamento. Se, por muitas vezes, foram tratadas como “loucas”, nos primeiros anos de ocupação e ronda, na medida em que os julgamentos públicos foram se desenrolando a imagem predominante que se tinha das Avós foi mudando. Essa presença das Avós na Praça foi uma referência fundamental para que muitos anos depois⁵⁴ os filhos de militares condenados por crimes de lesa humanidade, na medida em que viam ruir seus referenciais paternos que, para muitos, como nos descreveu Bibiana, funcionavam como um pilar importantíssimo de sustentação subjetiva, encontrassem (com as Avós de Maio) um caminho a seguir.

foi graças a todos aqueles que influenciaram nosso crescimento e nossa evolução. Graças a tantas pessoas, não? Isso por um lado. Por outro lado, podermos nos aproximar dos familiares de desaparecidos. Bom, no meu caso, eu que cresci em um ambiente de saúde mental, no ambiente, sim, digamos, eu sou licenciada em psicopedagogia e me formei em psicanálise, sou psicodramatista, então nesse ambiente eu cruzei com muitos familiares de desaparecidos, tive muitas companheiras familiares de desaparecidos e, posteriormente, me encontrei com muitos sobreviventes. Então isso me gerou uma enorme vergonha e uma autoexclusão dos grupos, porque sentia que eu, como filha de genocida... é diferente estar falando em nome de histórias desobedientes, porque temos um denominador comum. Eu, formando parte de um grupo onde têm familiares de desaparecidos, onde têm sobreviventes, onde têm pessoas que atravessaram igualmente um nível extremo de dor em vida, não me sentia com o direito de participar deste grupo. Então por isto, muitas vezes, a autoexclusão fez com que nossas vidas se limitassem enormemente. Porque ao nos auto excluirmos pela vergonha, uma vergonha que deveríamos ter sentido orgulho de ter vergonha, digamos, uma vergonha que não tiveram nossos familiares (genocidas). Nós sentíamos uma vergonha estrangeira, uma vergonha que não era nossa. Uma vergonha que era de nossos pais, de meus pais, do papai (tradução direta).

⁵³ Em algum momento eu fui de viagem à Buenos Aires e foi casualmente numa quinta-feira. Estava acontecendo a ronda das mães, na praça de maio. E eu pergunto a uma das mães, que já não está aqui entre nós. Já faleceu, a mãe Norma (...) então eu comento com ela: “olha só, mãe, eu venho de um lugar que não sei como te explicar, porque eu não sabia como contar para ela. Bom, presta atenção, minha situação familiar é esta, esta e esta, sou filho de genocida e não concordo com minha família. Você sabe se tem gente que pensa como eu?”. “Sim – agarrou um papelzinho e escreveu: “histórias desobedientes”. Procure por eles, porque “estão na mesma” que você. E aí não tem idéia da alegria que me deu. Na semana seguinte, primeiro me comuniqué com Lilian Furió e depois com Analía. Aí foi minha entrada no “histórias desobedientes”, em 2018 (tradução direta).

⁵⁴ Aproximadamente 40 anos depois, considerando 1977 como o ano formação do coletivo das avós da praça de maio e 2017 o ano de formação do coletivo Histórias Desobedientes.

3.5. A formação de um coletivo

A conformação do coletivo parece ter encontrado na votação do “2x1” o evento decisivo para a superação desse sentimento de vergonha, e da tendência ao isolamento que ele provoca, para uma primeira organização e saída à público. Talvez, a partir do percurso teórico que fizemos com Torok e Abraham, pudéssemos pensar que este evento permitiu alguma espécie de trato ao afeto da vergonha. Ao saírem à público e se disponibilizarem a falar em repúdio aos crimes cometidos pelos pais, ao reivindicarem o direito de depor contra seus pais revelando os segredos e os crimes cometidos por estes, não estariam operando no sentido de uma indulgência? Ao se colocarem lado a lado com as vítimas de crimes de lesa humanidade frente a uma investida negacionista, por parte do governo e da Suprema Corte argentina, a vergonha passou a ter uma outra representação, assim como o peso dessa herança até então encriptada.

Bibiana: Bueno, para nosotros fue todo un desafío organizarnos colectivamente porquevenimos de familias muy individualistas de mucha desagregación muy cerradas, no? Así que ha sido también romper con estas lógicas conformarnos como colectivo, pero no podíamos menos que eso porque como te decía al principio, es como una obligación también desde nuestra postura ética. Tenemos que ser coherentes, si hemos desde la ética elegido esta posición de repudio, desde la ética también tenemos que elegir una posición colectiva, tenemosque ser coherentes con lo que estamos eligiendo y decidiendo. Entonces, formarnos como colectivo no ha sido fácil, no es fácil, pero es lo que elegimos es lo que decidimos en conjunto. Y desde el comienzo las reuniones, han sido periódicas, desde el comienzo, hemos tenido que ... hemos tenido muchas dificultades para conformarnos como colectivo, hemos tenido muchas idas y vueltas personas que integraron el colectivo y se desintegraron del colectivo. En este momento estamos en un momento de bastante armonía, después de mucha tormenta inicial. Seguimos reuniéndonos mínimo una vez por mes historias desobedientes Argentina, una vez por mes historias desobedientes del mundo Chile, Paraguay, Brasil, Uruguay, España, El Salvador⁵⁵.

⁵⁵ Bom, para a gente foi todo um desafio nos organizarmos coletivamente, porque viemos de famílias muito individualistas e de muita desagregação, muito fechadas, não? Assim, que também tem sido uma maneira de romper com essas lógicas, conformar-nos como um coletivo. Mas não podíamos menos do que isso, porque, como te dizia no início, é uma obrigação desde nossa postura ética. Temos que ser coerente, já que escolhemos, desde a ética, uma posição de repúdio, também desde a ética temos que escolher uma posição coletiva – temos que ser coerentes com o que estamos escolhendo e decidindo. Então, nos formarmos como um coletivo não tem sido fácil. Não é fácil, mas é o que escolhemos e decidimos em conjunto. E desde o começo as reuniões têm sido periódicas. Desde o começo temos tido que... temos tido muitas dificuldades para nos conformarmos como um coletivo.

Encontrar outros sujeitos atravessados por trajetórias de vida semelhantes foi descrito por Analía Kalinec e Veronica Stay⁵⁶ como um anseio que acompanhava cada um dos seus membros: “é como se estivéssemos nos procurando”. Um efeito análogo ao descrito pelos filhos de mortos e desaparecidos da ditadura que passaram a se reunir e conformaram o coletivo H.I.J.O.S.: um espaço onde se supõe acolhimento e compreensão. A repercussão nos jornais e revistas da participação pública tem encorajado outros sujeitos a adotarem também uma desobediência frente aos legados familiares mortíferos. Até para que se possa desobedecer, é preciso que se construa um regime de alianças. Do contrário, cair-se-ia num total desalento. As reuniões que passaram a ocorrer, e que hoje possuem uma frequência mensal, ou bimensal, se considerarmos a reunião com os núcleos de outros países do Cone Sul, têm se mostrado um espaço potente de compartilhamento das trajetórias individuais, de enfrentamento das marcas traumáticas e de construção de memórias.

Em março de 2022, participei de uma dessas reuniões que aconteceu na Universidade Tres de Febrero, em Buenos Aires. Na ocasião, foram convidados pesquisadores e professores universitários que têm acompanhado a trajetória do coletivo Histórias Desobedientes, ou que estavam na ocasião com alguma pesquisa em desenvolvimento acerca deste tema. Ao longo do encontro, após uma rodada de apresentação das pesquisas em curso, houve um intercâmbio das questões para discussão. Ressaltamos que tanto os pesquisadores colocavam questões para os membros do coletivo ali presentes, quanto seus membros colocavam questões para os pesquisadores. Mariella Peller, professora de estudos de gênero da Faculdade de Sociologia da Universidade de Buenos Aires, trouxe para o debate o movimento feminista e o amplo debate que gerou na sociedade argentina como uma condição de possibilidade para o surgimento do coletivo histórias desobedientes, que também se “levanta” contra as lógicas patriarcais. Na explanação de um dos membros do coletivo, levantou-se para o campo psi o silêncio das instituições frente ao tema da ditadura, a ausência de eventos que trazem este tema para a centralidade do debate. Além disto, nas trajetórias individuais, alguns membros narraram terem sido muitas vezes desencorajados por seus terapeutas a romperem com suas lógicas familiares: “é preciso aceitá-lo, esse é o pai que você tem” (sic.). Esses são apenas alguns exemplos do intercâmbio que se produziu ao longo do encontro. O mais importante a se destacar aqui é esse

Tivemos muitas idas e vindas, pessoas que integraram o coletivo e se desintegraram do coletivo. Atualmente estamos em um momento de bastante harmonia, depois de muita tempestade inicial. Seguimos nos reunindo no mínimo uma vez por mês Histórias Desobedientes Argentina e uma vez por mês Histórias Desobedientes do mundo, com Chile, Paraguai, Brasil, Uruguai, Espanha e El Salvador.

⁵⁶ Em uma mesa virtual organizada pelo Espaço Brasileiro de Estudos Psicanalíticos (EBEP-Rio), da qual participei como debatedor.

esforço dialógico, que contribui para evitar que também este coletivo reproduza as mesmas lógicas familiares com as quais se propôs a romper.

Se levantamos anteriormente a complexidade do luto do “pai da horda primitiva” e todo o aspecto identificatório que precisa ser levado à cabo neste processo, a saber, de enfrentar as marcas psíquicas transmitidas pelo pai morto, no paralelo que propusemos com a figura de um “pai genocida”, talvez possamos pensar que este exercício de manter sempre aberto um espaço, seja para a interlocução com pesquisadores, seja com outros coletivos, uma forma de garantir também uma regulação dessas marcas identificatórias atreladas à destrutividade, à morte. Ao assumirem uma vida pública e o compromisso ético com a luta por memória, verdade e justiça, além do efeito de indulgência, hipótese levantada anteriormente, permitiria algum apaziguamento dessa herança que existe em cada um. É possível que esta seja a invenção (e o trabalho) traçados a partir dessas marcas traumáticas.

A formulação comumente entoada nas marchas do 24 de março em formato de jogral aborda diretamente o tema dessa herança: “la culpa no se hereda yo elijo mi vereda”⁵⁷. Aqui encontramos uma aproximação com a citação de Goethe através da compreensão de que a herança não é um destino e mesmo nos casos em que a herança se apresenta como “matéria bruta”, é possível um trabalho com ela. A desobediência é o próprio giro no enfrentamento desta herança. A partir dela, abre-se um campo a ser percorrido, um campo para novas construções, para a emergência de narrativas. Poderíamos pensar também em uma abertura para novos referenciais identificatórios?

Outro aspecto relacionado ao luto em vida decorrente do desmoronamento da figura paterna, com a descoberta das mais variadas formas de participação na repressão ao longo da ditadura, seria pensarmos se a aproximação com as Mães e Avós da Praça de Maio, e com os filhos de mortos e desaparecidos, não se faria também pela via do luto. Os atingidos diretamente, pela perda e desaparecimento de seus familiares, e os filhos de genocidas, pela “morte” simbólica do pai. Butler (2009/2016) indica uma dimensão do luto tornado público que parece ter uma relação com esse ponto de aproximação entre as vítimas e os “desobedientes”: O luto público está estritamente relacionado à indignação diante da injustiça ou, na verdade, de uma perda irreparável. Possui um enorme potencial político (Butler, 2009/2016 p. 66). A transformação do luto em luta permite uma passagem à indignação, escapando, portanto, do

⁵⁷ A culpa não se herda, eu escolho os meus caminhos – jogral entoado pelos membros do coletivo Histórias Desobedientes a cada marcha do 24 de março na Argentina.

que poderia se transformar em uma posição melancólica, seja diante de uma morte que não foi ritualizada, seja diante da complexidade de se enterrar simbolicamente um “pai genocida”.

Se interrogamos na introdução deste capítulo de que forma o trabalho de enfrentamento das marcas traumáticas poderia ser feito sem que ficasse restrito ao setting analítico e/ou dentro de uma lógica individualizante que pudesse entendê-las única e exclusivamente como algo íntimo; vimos, ao longo das entrevistas, uma conjugação interessante do trabalho feito em análise, com o repertório encontrado na cidade, produzindo uma ampliação dos marcos interpretativos. A presença das Mães e Avós da Praça de Maio, seja na ronda das quintas-feiras, ou nas marchas organizadas, vem operando como contra criptas, emprestando também aos “filhos desobedientes” o saber-fazer, a sagacidade que desenvolveram ao longo dos últimos anos para o enfrentamento do negacionismo e das políticas de silenciamento. Além disto, vimos também a contribuição que tiveram para que alguns filhos de genocidas pudessem sair do isolamento e encontrar uma via coletiva, fortalecendo um regime de alianças, que tem se mostrado fundamental para as rupturas que têm se operado no plano individual entre muitos dos “filhos desobedientes” e suas famílias de origem. Criou-se uma outra rede de amparo, que não é determinada pelos laços de consanguinidade, mas pela escolha de cada um, que permite escapar da experiência do desalento.

4. CONCLUSÃO

Buscamos percorrer ao longo desta dissertação as diversas estratégias utilizadas pelo Estado brasileiro para levar adiante políticas de esquecimento forçado. Citamos a Lei da Anistia promulgada em 1979 e a equiparação que se estabeleceu entre os crimes cometidos por civis e os crimes cometidos pelo Estado brasileiro. Em seguida, a correlação de forças ao longo da retomada democrática, desde a redemocratização, quando, por exemplo, Leônidas Pires Gonçalves, general que comandou o DOI-CODI (1974-1977), alçado ao posto de Ministro do Exército no governo de José Sarney; até o processo de impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff pouco tempo depois da divulgação dos relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade. Do ponto de vista político, buscamos evidenciar a dimensão trágica destas políticas de esquecimento forçado: impedindo o amadurecimento de nosso processo democrático e contribuindo para ressurgimento do autoritarismo, da intolerância e de práticas mortíferas por parte do Estado brasileiro em momentos subsequentes – aqui poderíamos citar o extermínio da população negra e periférica, nas políticas de combate ao tráfico de droga ou os mortos da pandemia em decorrência do negacionismo do então Presidente da República.

Com relação aos efeitos subjetivos, evidenciamos o enorme dano na transmissão transgeracional da memória que se desdobram do negacionismo e do esquecimento forçado. As criptas transmitidas de geração para geração vão gerando um tipo de adoecimento que se torna grave pela impossibilidade de se construir uma narrativa que possa situar e criar uma compreensão acerca do mal-estar vivido. Neste sentido, é preciso concordar com a afirmação de Bibiana, nossa entrevistada: “a América Latina está doente”. O segredo, a culpa, a vergonha, a precariedade simbólica, tornam-se sinais deste processo de adoecimento. Pesam sobre nossos corpos e sobre o nosso corpo social.

Para o enfrentamento desse mal-estar encontramos, na trajetória argentina, tanto estratégias de enfrentamento dos efeitos traumáticos da ditadura, com uma engenhosidade extraordinária encontrada pelos coletivos que se organizaram na luta pelos direitos humanos - para fazer ecoar as narrativas das vítimas - quanto um contexto em que foi possível analisarmos os avanços no enfrentamento dessas marcas traumáticas. Sabemos que não se trata de tomar a luta por memória, verdade e justiça que lá se consolidou como um modelo a ser seguido ou aplicado. Ainda assim, há que se reconhecer o quanto este protagonismo no campo dos direitos humanos tem levado a um aprimoramento do aparato jurídico e a um incremento conceitual em diversos campos de saber.

Para o campo psicanalítico, impõe uma atenção para que a escuta dessas narrativas que foram sendo publicizadas, ou do mal-estar que ainda busca encontrar palavras que possam traduzi-lo, possa se dar levando em conta o ineditismo dos processos sociais, históricos e políticos do Cone Sul. Como evidenciaram as Avós da Praça de Maio em sua interlocução com Dolto, a psicanálise que se debruçar sobre os fenômenos do Cone Sul, buscando respostas na tradição europeia, contribuirá para o vazio dialógico apontado por Elizabeth Jelin. Responderá o enorme empenho das vítimas em traduzir as experiências devastadoras da ditadura com surdez. Vale lembrar o silenciamento sofrido pela psicanalista Helena Besserman Vianna pelas principais instituições de psicanálise do Brasil, ao denunciar a participação de uma analista didata em sessões de tortura ao longo da ditadura. Também a psicanálise está atravessada por relações de poder e pode operar na lógica do silenciamento. Daí a necessidade de colocarmos essas relações de poder em trabalho. Foi dentro deste “caldo” que levantamos a questão que introduziu o capítulo 03. Considerando a realidade brasileira em que o Estado em sua política de “guerra às drogas” segue violando cotidianamente os direitos humanos, assassinando jovens negros da periferia, como pode a psicanálise trabalhar com os efeitos devastadores desta naturalização da violência? Como pode a psicanálise participar da construção dessas redes de amparo e de um caminho de elaboração do traumático que de forma coletiva, contribuindo também com o campo da memória social?

Por outro lado, em contraponto ao protagonismo dos coletivos na Argentina, é urgente pensarmos criticamente sobre o enfraquecimento da luta por memória, verdade e justiça no Brasil. Além dos motivos já citados, como os efeitos da Lei da Anistia, do imperativo de conciliação, da formação social brasileira sustentada pelo “mito” da cordialidade, que empurra para debaixo do tapete todo o passado sanguinário da escravidão, o que mais contribuiria para que a luta pela memória e justiça se mantivesse distante das organizações que surgiram das mães de vítimas da violência policial⁵⁸? Poderíamos citar aqui também o movimento dos atingidos pelo rompimento de barragens, como o ocorrido em Mariana (19 mortos) e Brumadinho (270 mortos), que também fazem suas reivindicações sob o prisma dos direitos humanos. Esta dificuldade de convergência dessas lutas mereceria um estudo mais aprofundado.

⁵⁸ As precursoras deste movimento foram as mães de Acari, na década de 90, que tiveram seus filhos sequestrados e mortos pela polícia – ao todo onze jovens. No começo da última década – a partir da implementação das Unidades de Polícia Pacificadora em diversas favelas do Rio de Janeiro - outros jovens foram assassinados pela polícia. Surgem as mães de Manguinhos (2014) e posteriormente as mães da Maré (2018).

Nesta mesma linha investigativa, caberia uma análise sobre os fatores que contribuíram para um recuo do coletivo Histórias Desobedientes que começava a se organizar no Brasil. As ameaças sofridas por alguns de seus membros após a publicação da reportagem da revista Piauí, citada no segundo capítulo, seria por si só uma justificativa satisfatória, mas ainda assim caberia levantar outras hipóteses. Considerando o artigo de Mariella Peller, que relaciona a influência do movimento feminista na Argentina como condição de possibilidade para o surgimento do coletivo Histórias Desobedientes - por toda a reflexão e debate que levantou sobre o tema do patriarcado -, além de ressaltar o protagonismo das mulheres nas ações deste coletivo; caberia a pergunta: quais seriam os obstáculos para que esse protagonismo surja no Brasil? Se considerarmos as manifestações do “ele não”, que aconteceram logo antes das eleições de 2018, é inegável que também aqui no Brasil há uma forte presença feminista nos movimentos sociais de caráter progressista. Isto, no entanto, até o momento não produziu nenhuma ruptura no interior dessas estruturas familiares de militares – que como vimos, caracterizam-se pelo aspecto endógeno. No transcorrer desta pesquisa, nos perguntamos se as pensões vitalícias que são transmitidas sobretudo para as filhas de militares seriam algum obstáculo para esse tipo de ruptura. Uma espécie de pacto econômico que impediria que se levasse adiante outras dimensões da herança, como a herança psíquica.

O tema do luto vivido pelos “filhos de genocidas” levantou a problemática da identificação no terceiro tempo do luto. Considerando todo o processo de revisão de memórias que os ‘filhos desobedientes’ fizeram a partir da elucidação dos crimes cometidos pelos seus pais, que envolveu, como foi descrito em relação à culpa, um processo de distanciamento e crítica quanto à cultura familiar e quanto às práticas realizadas ao longo da ditadura, faz-se necessário pensar se este processo não se caracterizaria pela (des)identificação. Mas se assim fosse, como então escapar de uma posição melancólica, fruto de um processo de luto que não se concluiu? É certo que o processo vivido pelos filhos de genocidas ainda é algo recente, portanto, em curso. Deste modo, melhor deixarmos esta questão em aberto, até que tenhamos mais elementos para uma análise.

Por fim, temos o tema da fratura subjetiva vivida pelos ‘filhos’ neste processo de tomada de consciência. A formação de um coletivo como uma saída, ou invenção, a partir da ruptura com a família de origem, além de demonstrar que é possível a construção de uma outra qualidade de “laço social”, não mais pautado na hierarquia rígida patriarcal - mas que vem sendo exercitada dentro de uma horizontalidade - só é possível em função das transformações que as famílias nucleares foram sofrendo ao longo dos anos. Aqui poderíamos citar a luta

feminista dos anos 50, que levou as mulheres a questionarem seus papéis dentro e fora de suas famílias, com a subsequente inserção dessas no mercado de trabalho. A equiparação também das mulheres quanto a manterem um projeto individual, desejante, mesmo que conjugando com a experiência da maternidade. Como destacou Birman (2008), isto teria virado a estrutura familiar de ponta-cabeça. As reconfigurações familiares fruto das separações e a construção de famílias que se pautam exclusivamente na consanguinidade, teria contribuído para uma relativização da família e dos laços de parentesco, tirando o seu caráter absoluto.

Mais recentemente, as refundações que vimos no cenário social com o fenômeno das (e dos) transsexuais, que conquistaram, em alguns países, o direito a fazerem a mudança de sexo nos serviços públicos de saúde, a mudança de nome no registro civil, certamente contribuíram para uma maior “plasticidade” para as diversas construções de identidade em curso na contemporaneidade, ampliando os horizontes também para as filhas e filhos desobedientes. Essas reconfigurações, no entanto, não se fazem sem marcas.

Um fenômeno um pouco mais recente é a chegada da terceira geração na composição do coletivo. Netos de genocidas que começam a fazer parte e tomar a palavra na luta por memória, verdade e justiça. Como essa transmissão transgeracional chegaria nesta terceira geração? Quais seriam as especificidades dessas narrativas? Que questões colocariam para serem pesquisadas? São algumas questões para serem exploradas em futuras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, N; TOROK, M. **A casca e o núcleo**. Tradução de Maria R. Faria Coracini. São Paulo: Escuta, 1995.

ARBEX, D. **O holocausto brasileiro: Genocídio: 60 mil mortos no maior hospício do Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ARENDRT, H. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil: Nunca Mais**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BADARÓ, M. C; BRUZZONE, F; Hijos de represores: **30 mil quilombos**; Universidad Nacional de San Martín; Anfibia; 2-2014; Compartir Estadísticas.

BAUER, C. S. **Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória**. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

BIRMAN, J. Holocausto, trauma e testemunho: Semprún e a escrita do testemunho. *In*: LESSA, Renato; BINES, Rosana Kohl (orgs.). **Mundos de Primo Levi**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2022.

_____. J. Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-ediapiano. *In*: **Destinos da adolescência**. CARDOSO, M. R; MARTY, F. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

BIRMAN, J. **O trauma na pandemia do coronavírus: suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?** Tradução Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues – 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2020

CALVEIRO, P. **Poder e Desaparecimento**: os campos de concentração na Argentina. tradução Fernando Correa Prado. São Paulo: Boitempo, 2013.

COLECTIVO Historias Desobedientes. **Escritos desobedientes**: historias de hijas, hijos y familiares de genocidas por la memoria, la verdad y la justicia. Buenos Aires: Marea, 2018.

_____. **Nosotrxs, Historias Desobedientes**. Primer encuentro internacional de familiares de genocidas por la Memoria, la Verdad y la Justicia, Historias Desobedientes, Familiares de Genocidas por la Memoria, la Verdad y la Justicia, 2020.

FERENCZI, S. Confusão de línguas entre o adulto e a criança. In. **Obras Completas IV**. Tradução Álvaro Cabral; revisão técnica e da tradução Claudia Berliner. Martins Fontes LTDA. São Paulo, (1932) 2021.

FIGUEIREDO, L. Olho por olho: Os livros secretos da ditadura. Editora Record. 1ª Edição, 2009.

_____. Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura. Coleção Arquivos da Repressão, 2015.

FREUD, S. **Além do princípio do Prazer**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1920) 2006.

_____. **As Neuropsicoses de defesa**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1894) 2006.

_____. **Hereditariedade na etiologia das neuroses**. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey,

em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1896) 2006.

_____. **Conferência XXIII – Os Caminhos de formação do sintoma.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1917) 2006.

_____. **O estranho.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1919) 2006.

_____. **O infamiliar e outros escritos.** Obras incompletas de Sigmund Freud. Tradução Ernani Chaves, Pedro Heliodoro Tavares [O homem da areia / E. T. A. Hoffmann; tradução Romero Freitas]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, (1919) 2019.

_____. **Moisés e o monoteísmo.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1938) 2006.

_____. **Totem e tabu.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1913) 2006.

_____. **Sobre o narcisismo uma introdução.** Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, (1914) 2006.

GAGNEBIN, J. M. O preço de uma reconciliação extorquida. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

GONDAR, Jô. Ferenczi como pensador político. **Cad. psicanal.** [online [Ferenczi como pensador político \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org)], v. 34, n. 27, p. 193- 210, 2012.

GORINI, U. **La rebelión de las Madres**: historia de las Madres de Plaza de Mayo 1976-1983 / Ulises Gorini. - 1a ed . - La Plata: EDULP, 2017.

GUGLIMUCCI, A. Histórias Desobedientes: memórias de filhos e netos de perpetradores de crimes de lesa humanidade em Argentina. **Revista Colombiana de Antropología**, p 15-44, 2020.

HELSINGER, N. M. **Os riscos do “segundo nascimento”**: o que nasce e o que morre?: autoengendramento, desamparo e alteridade na transexualidade. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. Rio de Janeiro, 2019.

JELIN, E. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo veintiuno de argentina editores, 2001.

_____. **La Lucha por el pasado**: como construimos la memoria social. Siglo veinteuno Editores Argentina, 2017.

KEHL, M. R. Tortura e sintoma social. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). **O que resta da ditadura**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KELLENBACH, K. V. **The Mark of Cain: Guilt and Denial in the Post-War Lives of Nazi Perpetrators**. New York: Oxford University Press, 2013.

LEBERT, N; LEBERT, S. **My father’s keeper: children of nazi Leaders - an intimate history of damage and denial**. Munich, Germany. Verlagsgruppe Bertelsmann, 2001.

LIFSCHITZ, J. **Política e vertigem**: ensaios sobre poder e luta política no Brasil do golpe. Curitiba: Appris, 2020

PEDRETTI, L. **Dançando na mira da ditadura**: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970. 2022.

_____. **As fronteiras da violência política**: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

PELLER, M. El género de la desobediencia: resistencias al legado familiar en las hijas de represore en Argentina. **Cuadernos del CILHA**, n. 34, p. 1-26, 2021.

QUINTANA. “¿Vos sabés quién sos?”: interpelación y relacionalidad ética en la reconstrucción de la identidad de las nietas y nietos apropiados-restituidos. In: **Legado y Memorias: debates sobre el futuro anterior**. Jorge Alemán [et al.] compilado por Fabiana Rousseaux; prólogo de Jorge Gabriel Foa Torres. Temperley: Tren em Movimiento, 2019.

REINA, E. **Cativeiro sem fim**: as histórias dos bebês, crianças e adolescentes sequestrados pela ditadura militar no Brasil. 1 Ed – São Paulo: Alameda, 2019.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SERBIN, K. **Diálogos na sombra: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura**. Tradução Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STOLKINER, A. Justicia, Identidad y Memoria: La Justicia en los procesos de restitución de identidad de quienes fueron niños apropiados durante la ditadura. In: **Legado y Memorias**:

debates sobre el futuro anterior. Jorge Alemán [et al.] compilado por Fabiana Rousseaux; prólogo de Jorge Gabriel Foa Torres. Temperley: Tren en Movimiento, 2019.

VIANNA, Helena Besserman. **Não conte a ninguém...** Contribuição à história das Sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

VASCONCELOS, A. T; LIMA, M. C. **Considerações psicanalíticas sobre a herança psíquica: uma revisão de literatura.** Cadernos de Psicanálise - CPRJ, Rio de Janeiro, v. 37, n. 32, p. 85-103, jan./jun. 2015.

VITAL BRASIL, V. **Dano e reparação no contexto da comissão nacional da verdade:** a questão do testemunho. 5º Encontro Latino-americano Memória Verdade e Justiça: março, 2012.

ZAVERUCHA, J. 1994. *Rumor de sabres.* Tutela civil ou controle militar? Estudo comparativo.